

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

# **Contributo para a validação portuguesa do Remarriage Belief Inventory (RMBI): escala de avaliação de crenças face ao recasamento**

Katarina Uyeki

**M**

2019



**Universidade do Porto**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**CONTRIBUTOS PARA A VALIDAÇÃO PORTUGUESA DO REMARRIAGE  
BELIEF INVENTORY (RMBI): ESCLA DE AVALIAÇÃO DE CRENÇAS FACE  
AO RECASAMENTO**

**Katarina Uyeki**

Outubro 2019

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade  
do Porto, orientada pela Professora Doutora *Maria Emília Costa* e  
co-orientada pela Professora Doutora *Mariana Martins* (FPCEUP).

## **AVISOS LEGAIS**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## **NOTIFICAÇÕES**

Esta dissertação está enquadrada num trabalho financiado por fundos nacionais (PDP-PRASI 2015-2020, FCT- Fundação Ciência e Tecnologia), através do projeto

PD/BD/143069/2018

## **AGRADECIMENTOS**

O meu profundo agradecimento a todos aqueles que me acompanharam durante este percurso académico/profissional e favoreceram o meu crescimento pessoal e enquanto psicóloga.

À Professora Maria Emília Costa, por me ter despertado o gosto pelos modelos sistémicos. E por me ter permitido aprender, de uma forma tão simples e humilde e, simultaneamente, profunda e responsável. Foi um privilégio de ter sido sua aluna!

À Professora Mariana Martins, que enquanto (co)orientadora teve uma enorme paciência e compreensão ao longo de todo o processo. Por se mostrar disponível, sem com isso diminuir a minha autonomia de atuação, senão que incentivando-a.

À minha colega Dra. Carina Santos, que desde o primeiro momento se mostrou disponível, participando e deixando-me participar neste trabalho que se insere num projeto de maior amplitude. O seu contributo foi ímpar.

Em especial, agradeço à minha família pela dedicação e apoio constantes em tudo aquilo que preciso, como sempre o têm demonstrado ao longo da minha trajetória de vida; por estarem sempre do meu lado e acompanharem com emoção todas as minhas aventuras.

Ao meu querido filho, que simplesmente por existir faz de mim uma melhor pessoa, melhor mãe e melhor psicóloga.

Ao Ricardo Paiva, por ser um esposo espetacular e estar verdadeiramente ao meu lado, sem julgamentos nem repreensões, senão que encorajando-me em tudo aquilo que eu preciso e quero. Por ver sempre o melhor de mim e ser tão bondoso. És a minha pessoa!

Sobretudo, ao meu Deus-Yahweh por me dar forças para prosseguir sempre em busca dos meus objetivos, impulsionando-me a alcançar todos os meus sonhos e enchendo-me do seu imenso favor... Por ser O primeiro a acreditar e a confiar em mim, sem importar as circunstâncias e sem nunca desistir. Por tudo, considero-me verdadeiramente abençoada!

## Resumo

Os fenómenos recasamento e famílias recasadas são uma tendência crescente no panorama global, cuja investigação atual tem vindo a dedicar maior atenção. Apesar das diferentes trajetórias, as pessoas continuam a querer casar e formar (nova) família, onde Portugal não é exceção, seguindo essa tendência. Paradoxalmente, esta prática demonstra ter maior expressão no âmbito geral do divórcio do que no casamento, sugerindo que as famílias recasadas apresentam maior risco de separação, nomeadamente, as segundas uniões parecem terminar mais rapidamente que as primeiras. Uma das principais razões prende-se com o fato dos indivíduos reforçarem seus padrões irrealistas como equivalentes à funcionalidade da sua família, como aconteceria no primeiro casamento/união. Assim, existem crenças disfuncionais e pouco realistas que levam consigo para as novas relações, impactando negativamente a interação do casal, a adaptação e a qualidade da relação. Consequentemente, torna-se imprescindível aprofundar nosso conhecimento e compreensão sobre estes processos, com a finalidade de enriquecer a investigação e intervenção junto desta população-alvo.

Consideramos que uma forma de atingir esse fim é recorrendo a instrumentos devidamente elaborados e testados, como é o caso do Remarriage Beliefs Inventory –RMBI de Higginbotham & Adler-Baeder (2005), concebido para avaliar as crenças que influenciam as relações das famílias recasadas. Este trabalho tem como objectivo central proceder à sua adaptação e validação para população portuguesa. As propriedades psicométricas da versão portuguesa revelaram resultados mistos, no entanto a análise fatorial confirmatória (AFC) revelou boa qualidade de ajustamento do modelo, cujos valores se assemelham aos da versão original.

**Palavras-chave:** recasamento; famílias reconstruídas; qualidade conjugal; satisfação marital; Remarriage Beliefs Inventory; segundas núpcias; crenças do recasamento.

## **Abstract**

The phenomena of remarriage and stepfamily comprise a growing trend in the overall picture, whose current research has been devoting greater attention. Despite the different trajectories, people keep on wanting to marry and form a (new) family, where Portugal is no exception, in keeping with this trend. Paradoxically, this practice is shown to have been more significant within the general sphere of divorce than that of marriage, suggesting that remarried families are most at risk of separation, namely that second relationships appear to end more quickly than first ones. One of the first reasons has to do with the fact that individuals stress their unrealistic patterns as equivalent to their families' functionality, as would happen in the first marriage/relationship. Thus, there are dysfunctional and unrealistic beliefs they take with them into new relationships, negatively impacting the couple's interaction, the adaptation and quality of the relationship. Consequently, it becomes indispensable to deepen our knowledge and understanding of these processes, with the purpose of enriching research and intervention with this target population.

We feel that a way of attaining this goal is by turning to duly prepared and tested instruments, such as the Remarriage Beliefs Inventory–RMBI de Higginbotham & Adler-Baeder (2005), designed to evaluate the beliefs that influence the relationships of families resulting from remarriage. The central objective of this thesis is to adapt and validate this for the Portuguese population. While the psychometric properties of the Portuguese version revealed mixed results, the confirmatory factorial analysis (CFA) showed a good quality of the model's adjustment, whose figures resemble those of the original version.

**Keywords:** remarriage; stepfamily; marital quality; marital satisfaction; Remarriage Beliefs Inventory; second nuptials; remarriage beliefs.

## Résumé

Les phénomènes de remariage et de familles remariées / recomposée constituent une tendance en croissance sur la perspective globale, ont l'actuelle recherche a accordé une attention croissante. Malgré les différentes trajectoires, les gens souhaitent toujours marier et constituer une (nouvelle) famille. Le Portugal ne fait pas exception, car le pays suit cette tendance. Paradoxalement, cette pratique démontre se refléter davantage sur le plan général du divorce que sur celui du mariage, ce qui indique que les familles remariées risquent le plus la séparation, notamment que les deuxièmes relations semblent terminer plus rapidement que les premières. Un des principaux motifs se rapporte au fait que les individus renforcent leurs normes irréalistes comme étant équivalentes à la fonctionnalité de leur famille, tel que surviendrait lors du (de la) premier(ère) mariage/relation. Ainsi, il y a des convictions défaillantes et peu réalistes qu'ils apportent avec eux dans les nouvelles relations, provoquant un impact négatif dans l'interaction du couple, l'adaptation et la qualité de la relation. Pas conséquent, il devient absolument nécessaire approfondir notre connaissance et compréhension concernant ces processus, dans le but d'enrichir la recherche et l'intervention auprès de la population ciblée.

Nous considérons qu'une façon d'atteindre ce but est d'avoir recours à des instruments convenablement élaborés et testés, tel que le Remarriage Beliefs Inventory–RMBI de Higginbotham & Adler-Baeder (2005), conçu pour évaluer les convictions qui influent sur les relations des familles issues du remariage. L'objectif principal de cette thèse consiste à procéder à son adaptation et sa validation pour la population portugaise. Les propriétés psychométriques de la version portugaise révèlent des résultats mitigés; toutefois, l'analyse factorielle confirmatoire (AFC) a révélé que l'ajustement du modèle fut de bonne qualité, dont les valeurs ressemblent à celles de la version originale.

**Mots-clés** : remariage; familles reconstruites; qualité conjugale; satisfaction conjugale; Remarriage Beliefs Inventory; deuxièmes nocces; croyances de remariage.



## Índice

1. Introdução	1
1.1. Divórcio e recasamento: Contextualização sociocultural e prevalência	1
1.2. Crenças associadas ao recasamento	8
1.3. Remarriage Belief Inventory (RMBI)	12
1.3.1. Finalidade do RMBI	13
1.3.2. Modelo teórico do RMBI	14
1.3.3. Descrição e operacionalização do RMBI	15
1.4. Presente Estudo	16
2. Método	17
2.1. Participantes	17
2.2. Procedimento	17
2.3 Medidas	18
2. 4. Análise estatística	19
3. Resultados	20
3.1. Resultados descritivos	20
3.1.1. Caracterização da amostra	20
3.2 Propriedades Psicométricas	23
3.2.1 Validade Fatorial	23
3.2.2. Consistência interna	26
3.3. Validade e fidelidade do construto	26
3.4. Validade Discriminante	27
3.5. Estatísticas descritivas e correlações	27
3.6. Comparação entre variáveis	28
3.6.1. Comparação por género	28
3.6.2. Comparação entre casais com filhos em comum e sem filhos	29
3.6.3. Comparação filhos em comum <i>versus</i> filhos de relações anteriores	30
3.6.4. Correlação com a idade	31
3.7. Aferição	31
3.8. Validade externa	32
4. Discussão	32
5. Conclusão	38

Referências bibliográficas	41
Anexos	46

## Índice de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabela 1. Mitos sobre casamento, divórcio e recasamento/nova união	10
Tabela 2 – Estatísticas descritivas	21
Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica (N = 520)	21
Tabela 4 - Situação financeira	23
Tabela 5 - Satisfação com a condição financeira	23
Tabela 6 – AFE do RMBI	24
Figura 1 – AFC do RMBI	25
Tabela 7 – Consistência interna	26
Tabela 8 – Validade convergente e divergente	26
Tabela 9 – Validade discriminante	27
Tabela 10 – Estatísticas descritivas	28
Tabela 11 – Comparação por gênero	28
Gráfico 1 – Comparação por gênero	29
Tabela 12 – Comparação com e sem filhos	29
Gráfico 2 – Comparação com filhos em comum e sem filhos	30
Tabela 13 – Comparação entre origem dos filhos	30
Gráfico 3 – Comparação origem dos filhos	31
Tabela 14 – Correlação com a idade	31
Tabela 15: Aferição da escala	32
Tabela 16 – Correlação entre RMBI e EADR	32
Tabela 17 – Correspondência entre os Itens Originais e os Portugueses, Agrupados por Subescalas	37

## 1. Introdução

### 1.1. Divórcio e recasamento: Contextualização sociocultural e prevalência

Um dado importante que tem surgido nos estudos sociodemográficos diz respeito ao facto das pessoas continuarem a recorrer ao casamento ou união de facto, apesar do aumento do número de divórcios ou separações que também se verifica. Em Portugal entre 2000 e 2017 a taxa de divórcios mais que duplicou, passando de 30% para 64% (INE, 2019). Mas, parece ser que de uma forma transversal, a família continua a ter um valor importante para sociedade e o casamento continua a ser o lugar onde a intimidade é construída e experienciada (Bawin-Legros, 2004, citado por Silva et al., 2012).

Atualmente a noção de casamento encontra-se ampliada e, como tal, um casal pode ser constituído e assumir várias formas: através do casamento formal, do regime de coabitação, ou ainda casais cujos membros podem viver em separado. Por casamento entende-se o estabelecimento de um contrato civil ou simbólico livremente celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante plena comunhão de vida, segundo o qual se estabelecem direitos e deveres conjugais. Legalmente tratar-se-á de um *contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida* (Art.º 1587º a 1772º do código civil português). Por sua vez, o divórcio (ou separação de facto) constitui a dissolução da união do casal quando um ou ambos os membros assim o pretendem (Diário do Governo, nº26, 4/11/110).

No presente estudo, sempre que nos reportarmos ao termo casamento, referimo-nos a casais em regime de coabitação, tanto pelo casamento formal ou pela união de facto. E por sua vez, utilizaremos o termo divórcio ou separação para expressar o mesmo fenómeno, que é a dissolução da relação.

Alguns autores têm vindo a afirmar que, apesar da prevalência do divórcio, trata-se de um fenómeno no qual, e na generalidade, os membros da família não estão preparados para o impacto emocional, social e económico que o mesmo acarreta. Assim, a transição da separação conjugal tem o potencial de afetar a família em várias gerações e aumenta a complexidade das tarefas desenvolvimentais vivenciadas (Peck & Manocherian, 1980; 2001, citado por Cano et al., 2009). Por outro lado, quando o assunto é o divórcio ou separação,

verifica-se que não existe um consenso sobre se este é um evento normativo ou não normativo. Por exemplo, estudiosos do desenvolvimento da família têm observado que, atendendo à alta incidência do número de divórcios na última década na sociedade americana, tal fenómeno pode ser compreendido como um evento normativo (Carter & McGoldrick, 2003, citado por Cano et al., 2009).

Partindo desta última visão, consideramos que atualmente o divórcio parece ser mais uma transição de vida normativa em que, após a crise inicial, o sentimento de liberdade tende a ser valorizado tal como os sentimentos de autoestima e autonomia (Wagner & Féres-Carneiro, 2000, citado por Cano et al., 2009). Desta forma, tal separação tem assim o potencial de contribuir para a resiliência dos elementos da família, ao favorecer um amadurecimento emocional aos adultos, com e sem filhos, que beneficiarão quando esta postura é adotada. Ou seja, se o processo de separação for vivenciado de modo a possibilitar um amadurecimento emocional e dentro de um contexto onde os conflitos possam ser resolvidos, a adaptação à pós-separação por parte dos ex-cônjuges será mais fácil e estes estarão melhor preparados para novas relações ao se sentirem mais libertos das suas relações passadas, apesar do sofrimento que acompanha este processo, ao qual ninguém é isento.

Por esse motivo, apesar do divórcio não deixar de ser visto como um processo de crise e de rutura, no qual a família é obrigada a encontrar novas respostas, tal não deve ser confundido ou obrigatoriamente associado a problemas de adaptação ou de saúde mental (Souza & Ramires, 2006). Estes autores concluem que é certo que este período envolve tensão e sofrimento, mas a longo prazo os efeitos negativos não são tão frequentes como os que se preveem no início. Inclusive, com o passar do tempo, o divórcio pode ser benéfico para todos os membros da família, os quais percebem uma melhor qualidade de vida, tanto dos ex-companheiros como dos filhos. Costa (1994) também realçou o facto de que no período pós-divórcio começam a observar-se sentimentos como o otimismo, reequilíbrio, resignação, excitação, curiosidade ou arrependimento. Será nesta fase que se torna necessário que cada membro do (ex)casal finalize o seu divórcio emocional e reconstrua a sua estabilidade, pois quando estes se começam a sentir mais confiantes, independentes e autónomos, a reintegração da sua identidade é promovida.

Em última análise, seriam estas as condições necessárias para terminar o “divórcio psicológico” e procurar novos investimentos. Pelo que, a forma como cada um dos elementos trata psicologicamente a separação conjugal também condicionará a sua

reorganização de vida, inclusive no que se refere aos filhos e à família, pois tal reorganização é sempre ao nível familiar. Isto nos remete à questão de que a elaboração do luto inerente a esta transição de vida (a separação), não se trata unicamente de uma tarefa do casal ou dos filhos *per se*, senão de toda a família, onde os fatores individuais, do casal, familiares, sociais e do próprio processo convergem (Costa, 1994). Por sua vez, tratando-se de um processo que exige muita habilidade por parte dos adultos, a separação não é necessariamente sinónimo de prejuízo ou perda no desenvolvimento dos filhos, quando estes existem. Aliás, verifica-se que a separação conjugal, quando bem trabalhada, pode ser superada e inclusive trazer ganhos qualitativos para a relação familiar, neste sentido pais separados podem ser mais saudáveis do que pais que vivem numa relação desgastada e negativa para ambos (Melo, 2005, citado por Rizzini & Valente, 2006).

Como referíamos inicialmente, se bem é certo que a taxa de divórcio tem vindo a aumentar em Portugal, seguindo a tendência internacional; também é certo que o casamento/união após uma dissolução prévia também tem ganho alguma relevância na sua expressão (Greeff & Du Toit, 2009; INE, 2013), este fenómeno é conhecido por recasamento. Entende-se por recasamento o casamento (ou união) de indivíduos que passaram por uma relação anterior, a qual tenha sido terminada por motivo de viuvez ou dissolução. O estudo do recasamento tem tido menos atenção por parte das ciências sociais, sendo que apenas despertou a curiosidade na investigação norteamericana a partir dos anos 70 devido ao aumento contínuo do divórcio (Lobo, 2005), porém, na última década o seu estudo tem vindo a aumentar de forma moderada.

Em Portugal entre 2001 e 2011, o número de casais de recasamento mais do que duplicou (variação positiva de 126,1%). Tal aumento parece sugerir que estabelecer uma nova família, nomeadamente após um divórcio ou separação, se tornou uma prática comum e transversal aos diferentes meios sociais, cujas transformações se apreciam também na forma como se organiza e vive a vida familiar (Wall et al., 2013).

Segundo dados estatísticos nacionais, a grande parte das uniões continuam a ser as primeiras uniões para ambos os cônjuges, não obstante o recasamento tem vindo a ganhar maior visibilidade dentro das práticas conjugais da população portuguesa, cujas análises em termos gerais referem o seu aumento. Tomando como exemplo o último censo em Portugal, verificou-se que entre o ano de 1995 e 2012 a taxa de recasamento (pelo menos para um dos cônjuges) tem aumentado progressivamente, sendo que em 2012 representava cerca de 27%

do total de casamentos (INE, 2013; Delgado & Wall, 2014). Já nos últimos anos esta taxa tem vindo a diminuir, sendo que em 2001 ocorreram 19.000 divórcio e cerca de 10.000 recasamento face aos 21.500 divórcios e perto de 8.000 recasamentos que ocorreram em 2017 (INE & Pordata, 2019). Esta alteração nos dados acontece em parte porque as pessoas, seguindo a tendência global, cada vez mais se juntam e não se casam. Resumidamente, podemos então perceber que o recasamento cada vez mais se afirma como prática conjugal dos portugueses, muito embora a taxa de recasamento (de viúvos e divorciados) tenda a diminuir tanto em Portugal como nos outros países da Europa e na sociedade norte-americana. Este achado não se deve necessariamente porque haja uma menor tendência para contrair nova relação conjugal, senão porque existe um aumento com grande proeminência das uniões de facto, mesmo após uma separação (Ferreira et al., 2008). Num estudo levado a cabo em Portugal sobre o recasamento e com base nos dados demográficos entre 2001 e 2005, as autoras clarificam que os dados oficiais não são passíveis de quantificar a realidade de toda a nupcialidade que resultaria quer dos recasamentos considerados nas estatísticas oficiais, quer dos “recasamentos de facto” que pela sua natureza ficam à margem (Ferreira et al., 2008).

Porém, eis que surge um paradoxo, pois apesar do aumento do recasamento e famílias reconstruídas nos últimos anos, a sua prática parece ser de menor expressão no panorama geral do casamento, mas com maior significado no âmbito do divórcio. Pois, face ao aumento das famílias de recasamento, também o número de segundos divórcios têm vindo a aumentar, pelo que as famílias recasadas apresentam maior risco de separação (Garneau et al., 2015). Estes investigadores têm salientado vários estudos que sugerem que, após o divórcio, o novo casamento (recasamento) tende a ocorrer rapidamente – em menos de 4 anos (Wilson & Clarke, 1992; Coleman, Ganong & Fine, 2000), no entanto também terminam em divórcio mais rapidamente do que os primeiros casamentos (Coleman et al., 2000; Whitton, Nicholson & Markman, 2008; Amato, 2010).

Nesse sentido, importar-nos aprofundar a nossa compreensão de como este processo acontece e em que medida poderá ser ampliada a atuação clínica junto desta população, visto que as famílias reconstruídas parecem procurar um “recomeço familiar” mas de alguma forma estão mais vulneráveis à possibilidade de rutura. Por exemplo, DeLongis & Zwicker (2017) ao comparar os níveis de qualidade conjugal em 122 casais num estudo longitudinal não encontraram grande diferença entre os primeiros casamentos e o recasamento, porém

este último mantinha maior risco de divórcio. Desta forma, ressaltam a necessidade de analisar os diferentes fatores da qualidade e interação conjugais para explicar o maior índice de divórcio nos recasamentos. Segundo os seus achados, os fatores que enfraquecem a relação e a qualidade conjugal incluem a duração da relação, as atitudes e crenças sobre o casamento, a insegurança, o género e a raça.

Um fator deve ser considerado, que é o facto de que atualmente em alguns contextos o conceito de família tem sido difícil de definir, inclusive por profissionais na área, devido à variedade de modelos existentes e socialmente aceites (Travis, 2003). Na verdade estamos perante novos construtos e definições de alguns fenómenos ao longo da perspetiva histórica, no qual a família é um deles. Abordando o conceito de família reconstruída, família de recasamento ou recasadas, na sua origem, este visa as famílias em que pelo menos um dos adultos tem um filho de um relacionamento anterior, i.e., não em comum. Tal definição não se limitaria às famílias formadas após um novo casamento (embora grande parte da investigação seja feita baixo esses critérios), pois existe um grupo crescente de novas relações formadas por adultos solteiros que vivem com o seu companheiro e trazem consigo filhos de relações anteriores (Ganog & Coleman, 2017). Na verdade, o casamento e a família de recasamento estão a tornar-se gradualmente fenómenos relativamente independentes e dissociados nas sociedades. Neste sentido, nem todos os recasamentos originariam estas famílias, pois não sempre os adultos têm filhos de relações anteriores; tal como nem todas as famílias de recasamento são formadas quando os pais se casam, por exemplo, alguns primeiros casamentos poderiam também resultar numa família reconstruída e de relacionamentos entre pais e filhos (no caso de mães que nunca foram casadas e que se casam com homens que não são o pai das crianças). No presente trabalho, apesar de termos presente tal noção, entendemos que ao estudar o recasamento estamos sempre de mãos dadas com o estudo de famílias de recasamentos ou reconstruídas (termos que utilizaremos como correspondentes) pois não podemos, pelo menos ainda, dissociar uma da outra, inclusive pela sua própria natureza e dinâmicas.

A família reconstruída visa procurar e esperar uma vida afetiva melhor, mesmo que isso seja alcançado através da experiência, Bernard referiu que “as diferenças encontradas entre os recasamentos e entre os recasados são, por vezes, maiores do que as diferenças entre recasamentos e os primeiros casamentos” (1971, p. 4, citado por Lobo & Conceição, 2003).

No caso do sistema familiar e as dinâmicas associadas, as mudanças são eminentes para as famílias de recasamento, já que este tipo de família pode agora ser constituído por padrasto, mãe, filhos e enteados; ou madrasta, pai, filhos e enteados, por exemplo. Consequentemente, quando existe mais do que uma família reconstruída, naturalmente a sua complexidade aumenta (Gomes & Paiva, 2003). Tal como acontece em outros objetos de estudo nas ciências sociais e humanas, também aqui têm sido teorizados possíveis fatores de risco e de proteção. Reconhecemos que os mesmos constituem um conhecimento de suma importância na compreensão e no estudo das famílias reconstruídas. De seguida, apresentamos um resumo daqueles que a investigação tem evidenciado.

Quanto aos fatores de risco das famílias reconstruídas podemos destacar os seguintes: as crenças que cada membro do casal possui e traz consigo para a nova relação as quais podem não corresponder à realidade e/ou ser desajustadas (conforme veremos mais adiante). A complexidade que a família reconstruída apresenta a nível da díade, filhos e enteados uma vez que exige diferentes dinâmicas consoante cada realidade em causa, onde as múltiplas inter-relações podem causar confusão e interações problemáticas assim como maior risco ao ajustamento entre os membros da família (Whiting et al., 2007). Os meios de comunicação e a literatura popular também parecem ser um ponto de influência para as interações e todo o funcionamento da família reconstruída uma vez que não poucas vezes enfatizam alguns estereótipos relacionados (como por exemplo a madrasta malvada, entre outros) (Garneau, 2015). A questão do apego emocional para com um ex-companheiro, independentemente de parecer justificado, representa um aspeto negativo para a família (Falke & Larson, 2007); assim como a incapacidade para impor limites com ex-companheiros (Higginbotham & Agee, 2013).

Por sua vez, no que diz respeito aos fatores protetores e à resiliência das famílias de recasamento, Greeff & Du Toit (2009) além de referirem esses fatores, salientam inclusive orientações práticas de intervenção. Assim, o apoio social representa simultaneamente um fator protector e de suporte tanto ao nível emocional como prático, em períodos críticos e de conflito. O estabelecimento de uma expressão emocional que seja aberta e clara em situações de crise é importante e contribui para a resolução de problemas. A comunicação é um ponto central e deve ser aberta e honesta, as famílias que a promovem e buscam manter (por todos os seus membros) encontrar-se-ão numa situação mais privilegiada para ultrapassar momentos de crises. A espiritualidade, embora este tenha sido um aspeto mais difícil de



testar, parece contribuir positivamente em situações de crise, uma vez que se refere às crenças e objetivos partilhados que visam uma melhor harmonia, manutenção de uma atitude positiva, de otimismo e de esperança diante da adversidade. Assim, quando falamos de espiritualidade, não se trata exclusiva ou obrigatoriamente de religião, este é um aspeto que também tem sido alvo de estudo para o ajustamento marital (Schramm et al., 2012). Finalmente, a empatia é um ponto-chave em qualquer tipo de relação e dinâmicas comunicacionais, no contexto da família manter uma atitude empática independentemente das diferenças ou conflitos que possam surgir, tem sido considerada com um fator altamente protetor (DeLongis & Zwicker, 2017).

Quanto à resiliência, os fatores que têm sido considerados como sendo os mais importantes são os seguintes: possuir boas relações familiares e de apoio (respeito mútuo, cooperação e vinculação afetiva). Estabelecer uma comunicação familiar aberta que transmita cuidado e apoio. A capacidade que a família possui para obter uma sensação de controlo sobre os resultados na vida, demonstrando uma orientação ativa na adaptação e gestão de situações de stress. Manter uma relação conjugal/marital forte. O apoio social de familiares e amigos; estando diretamente relacionado com gestão interna e externa de problemas mediante a redefinição de eventos stressantes e a aquisição e aceitação do apoio social. A existência de atividades e rotinas que ajudem os membros da família a passarem tempo juntos e a criar companheirismo. E, uma vez mais, a espiritualidade e a religião ganham ênfase, as quais podem ser responsáveis por proporcionar significados e propósitos que vão mais além das situações de crises (Greeff & Du Toit, 2009).

Atendendo ao exposto até aqui, resumimos assim que as famílias recasadas, quer estatisticamente quer pela investigação, constitui um fenómeno cada vez mais expressivo na nossa sociedade atual, que tem vindo a modificar o panorama tradicional da família, fazendo sobressair a necessidade de ampliar o nosso conhecimento científico-prático neste domínio. Tanto a literatura como a investigação levada a cabo a nível internacional, tem evidenciado a necessidade de compreender melhor as dinâmicas, etiologias e implicações das famílias reconstruídas na vida dos sujeitos que se voltam a casar/unir (Higginbotham & Adler-Baeder, 2005; 2008; Higginbotham & Agee, 2013; Garneau et al., 2013; 2015). Portugal não é exceção, pelo que é importante existir uma aproximação a essas investigações, que culminam em achados importantes, assim como no desenvolvimento de instrumentos confiáveis para estudar estes fenómenos. Diríamos que é mais relevante ainda pelo facto de

que, embora se trate de um campo de estudo ainda em ascensão cujos instrumentos empíricos são escassos, estes muitas vezes carecem de uma adaptação a outros contextos, culturas e populações.

## **1.2. Crenças associadas ao recasamento**

Podemos entender por crenças, o estado psicológico no qual um indivíduo adota e se detém face a uma proposição ou premissa para a verdade (Schwitzgebel, 2006), esta também faz referência a uma convicção ou opinião formada e enraizada (UNESP, 2004). A importância de conhecermos as crenças neste contexto não é propriamente recente, senão que se tem mantido ao longo do tempo sendo fortemente reconhecida. Ao longo de décadas, alguns investigadores têm observado que as pessoas que voltam a casar, e em especial aquelas que têm filhos de relações anteriores, entram no novo casamento com crenças e expectativas específicas que podem influenciar a qualidade da relação do novo casal, assim como a adaptação da nova família (Ganong & Coleman, 2004; Visher, Visher, & Pasley, 2003 citados por Garneau et al, 2015). Papernow (1987) referiu:

“Os casais que voltam a casar são afetados pelos desejos e anseios específicos gerados pela sua história singular: o desejo de que os membros da nova família se amem da mesma forma que os membros da família biológica; a convicção de que o novo cônjuge será melhor pai ou mãe para as crianças do que o ex-cônjuge; o desejo de que esta nova família cure as dores do divórcio prévio ou da morte; a fantasia de que o padrasto/madrasta e seus enteados sentirão o mesmo carinho que os membros do casal têm entre si” (p. 632, citado por Garneau et al., 2015).

Coleman et al., (1985) e Walsh (1992) destacaram o facto de que possuir crenças disfuncionais e expectativas pouco realistas têm um impacto negativo na relação das famílias reconstruídas. Vários estudos têm evidenciado que, na conjugalidade, as crenças gerais sobre a relação estão associadas com a qualidade conjugal e com a interação do casal. Em termos gerais, os indivíduos que possuem crenças básicas pouco realistas sobre a relação, também são os que reportam uma menor adaptação e mais fraca qualidade da relação. Da mesma forma, possuir crenças incorretas sobre as relações também está associado a uma maior interação negativa entre o casal (por exemplo, Moller & Van Zyl, 1991; Bradbury & Fincham, 1993, citados por Garneau et al., 2015).

Para além das crenças gerais, as crenças específicas acerca da família reconstruída poderão estar associadas com a dualidade da relação conjugal e com as interações nas relações de recasamento (Fine & Kurdek, 1994; Higginbotham & Adler-Baeder, 2008; Shapiro, 2014, citados por Garneau et al., 2015).

Considerando as crenças como uma variável dentro do enquadramento cognitivo (pensamentos, convicções, expectativas), estas já tinham sido identificadas nos anos 90 como sendo um vazio na literatura, uma vez que as variáveis cognitivas nos recasamentos apenas tinham sido investigadas superficialmente em crianças, ignorando o impacto nos adultos (Coleman & Ganong, 2000, citado por Garneau et al., 2015). Desde então, e dada a sua importância, vários esforços têm sido feitos para entender melhor como as crenças contribuem para a explicação dos fenómenos que aqui tratamos e como podem ser melhor analisadas.

Ao considerarmos as crenças como um dos aspetos que influencia as famílias reconstruídas, ganham ainda maior foco pois, tal como referimos anteriormente, trata-se de um fator de risco para a adaptação sempre e quando sejam desajustadas ou pouco realistas. Além disso, consideramos que ainda nos casos em que parecem não interferir num dado momento presente ou na realidade atual da família (por exemplo, crenças sobre como deve ser a educação de um filho em comum do casal, embora o casal não tenha filhos comuns no momento mas sim que pertença a um dos elementos), terão sempre a capacidade de influenciar as relações familiares pelo simples facto da pessoa as possuir *per se*, e por sua vez pode condicionar toda a dinâmica do casal e da família reconstruída (por exemplo, ao considerar vir a ter filhos em comum e como educá-los), família esta que pela sua própria natureza tende a estar mais susceptível e vulnerável em situações de crise. Por outro lado, acreditamos que as crenças que são trazidas de relações anteriores (centrais ou intermediárias, flexíveis ou inflexíveis), encontrarão na família de recasamento um terreno fértil para confirmá-las ou infirmá-las, e isso é algo que importa compreender.

Neste ponto, achamos pertinente explorar alguns mitos (crenças comuns que não têm fundamento objetivo ou científico) associados aos diferentes tipos de famílias, que não poucas vezes levam as pessoas a agir em função dos mesmos, sendo normalmente cultural e/ou familiarmente transmitidos. Por sua vez, os próprios recasamentos e as famílias de recasamento tendem muitas vezes a ser vistos como extensões do divórcio, isto é, como as consequências a que alguns especialistas chamam de “casamentos falhados” ou “lares

desfeitos” (Ganong & Coleman, 2017), cujo impacto irá variar em cada família. Estes autores sistematizaram os principais mitos associados, e são apresentados na tabela adiante.

*Tabela 1. Mitos sobre casamento, divórcio e recasamento/nova união*

<b>Mitos do casamento</b>	<b>Mitos do divórcio</b>	<b>Mitos do recasamento</b>
Se nos amamos as coisas vão correr bem	Porque não nos amamos mais, nada vai resultar	As coisas devem resultar bem
Sempre considere a outra pessoa em primeiro	Sempre se considere a si mesmo em primeiro	Sempre considere todos
Mantenha as críticas para si mesmo e concentre-se nos aspetos positivos	Critique tudo, concentre-se no negativo	Mantenha críticas a si mesmo e concentre-se no positivo
Se as coisas não estão a correr bem, concentre-se no futuro	Se as coisas não estão a correr bem, concentre-se no passado.	Se as coisas não a correr bem, concentre-se no que correu mal no passado e verifique se isso não acontece novamente
Veja-se como parte de um casal em primeiro lugar, e como um indivíduo em segundo	Veja-se como um indivíduo em primeiro lugar, e como parte de um casal em segundo	Veja-se como parte de um casal em primeiro lugar, e como um indivíduo em segundo. / Veja-se como um indivíduo em primeiro lugar, e como parte de um casal em segundo
O que é meu é seu	O que é meu é meu	O que é meu é meu, o que é seu é seu
O casamento torna as pessoas significativamente mais felizes	O divórcio torna as pessoas significativamente infelizes	O casamento torna as pessoas significativamente mais felizes
O que é melhor para as crianças será o melhor para nós	O que é melhor para nós deve ser devastador para as crianças	O que é melhor para nós é o melhor para as crianças / Ter uma família real de novo é melhor para todos

(adaptado de Ganong & Coleman, 2017, p. 81).

Seguindo a revisão levada a cabo por Higginbotham & Adler-Baeder (2008), os primeiros anos de recasamento serão os mais difíceis para a adaptação em geral, nomeadamente a adaptação ao recasamento, às dinâmicas na família reconstruída e entre os seus elementos. Também ficou demonstrado que a maior parte dos divórcios de recasamento ocorre nos primeiros anos, sendo que há maior probabilidade do divórcio ocorrer nos recasamentos do que nos primeiros casamentos. A constatação de tais realidades veio reforçar a necessidade emergente de aprofundar o conhecimento sobre o ajustamento no recasamento e nas famílias reconstruídas, para assim podermos compreender o que está particularmente errado. Em parte, isso acontece porque se supõe que os indivíduos reforçam os seus padrões e ideias pouco realistas como equivalentes à funcionalidade da sua família, como aconteceria no primeiro casamento / união de fato. Por exemplo, prevendo uma rápida adaptação e um amor instantâneo. Adicionalmente, tal adaptação também pode ser influenciada pelo grau de complexidade da família reconstruída, nomeadamente, quando

ambos os cônjuges têm filhos de relações anteriores considera-se que a relação é mais complexa (famílias de recasamento complexas), do que uma família reconstruída em que apenas um cônjuge tem filhos de relações anteriores (família de recasamento simples). Não obstante, os autores sugerem que esta questão é algo questionável visto que, as crenças específicas do recasamento parecem surtir efeito independentemente do tipo de família reconstruída em questão. Ainda assim, é certo que quando a complexidade aumenta “se segue uma grande quantidade de subsistemas que necessitam equilibrar-se para que todo o sistema familiar possa funcionar bem” (Fine & Kurdek, 199, p.17, citado por Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

Considerando a família como um sistema dinâmico, diferentes tipos de família irão constituir diferentes subsistemas. Um subsistema consiste num sistema que está subordinado ou dependente de outro e no caso do sistema familiar supõe-se diferentes interligações dentro da mesma família, como por exemplo: o subsistema conjugal, o parental, o de irmandade, etc. Em realidade, cada elemento pode pertencer a mais do que um subsistema (e geralmente o faz), estes são formados baixo diversos critérios como o género, o grau de parentesco, o tipo de relação, entre outros. Os subsistemas possuem regras e limites específicos, partilham simultaneamente características semelhantes entre si uma vez que pertencem ao mesmo sistema da família, e também se influenciam interna e externamente num sistema aberto cujas influências são recíprocas (Dias, 2011). Tal como defende a Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1968), qualquer acontecimento que suceda nunca pode ser isolado, e qualquer coisa que afete um dos elementos afetará todos os outros membros da família. Entender-se-á então, que dada a sua natureza e constituição, é natural que as famílias recasadas integrem mais subsistemas entre si comparativamente ao que se tem descrito como “família tradicional ou convencional” (aquela constituída pelo casal heterossexual de primeira união cujos filhos são em comum) (Ganong & Coleman, 2017).

Torna-se igualmente interessante aludir a marcos teóricos clássicos de referência, quando falamos das crenças. De acordo com a teoria cognitivo-comportamental, que considera que as crenças influenciam diretamente o comportamento, considera-se que tanto as crenças e outros aspetos cognitivos como padrões e expectativas do sujeito, são preditores da sua própria adaptação conjugal (Bandura, 1986; Maucom et al, 1996, citados em Garneau et al., 2015). No caso da teoria familiar sistémica, é amplamente sabido que a mesma considera que as crenças e os comportamentos de todos os membros da família se

influenciam mutuamente. Assim sendo, nas relações conjugais é esperado não apenas que as expectativas e os resultados de cada cônjuge tenham como base as suas próprias crenças e expectativas, mas que cada elemento do casal se veja influenciado pelas crenças do seu cônjuge (Minuchin, 1974, citado por Garneau et al., 2015). Por sua vez, outras duas teorias que fundamentam o estudo das crenças no âmbito da conjugalidade podem ser ainda consideradas (Garneau et al., 2015); a primeira é a teoria da expectativa de Snyder (1984), que refere que os indivíduos tendem a comportar-se de forma a aumentar a probabilidade de que as suas expectativas sobre as relações sejam confirmadas (algo que é similar à “profecia autorrealizada” de Merton, 1949). A segunda, refere-se à teoria do interacionismo simbólico (Blumer, 1969), que considera que os significados derivam de experiências de relações familiares, sendo que crenças e comportamentos individuais estão frequentemente ligados a esses significados. Finalmente, pelo contributo de Fine & Kurdek (1994), surge a elaboração do *modelo de desenvolvimento cognitivo multidimensional*, o qual aborda a questão da adaptação familiar e permite incorporar cognições específicas relacionadas com a família de recasamento e seus contextos. Ora, este modelo está na base da criação do RMBI e será abordado com mais detalhe a continuação.

Deste modo, ao assumir-se como um preditor da qualidade da relação, a forma como as crenças de relações anteriores se transportam através de cada um dos elementos do casal poderá ser um importante preditor do sucesso das famílias reconstruídas. Desta forma, a importância de documentar as trajetórias e processos mediante os quais as crenças se podem associar à relação do casal, nomeadamente de recasamento, deve-se ao fato conhecido de que ter crenças disfuncionais e expectativas não realistas têm impacto negativo na própria relação e nas famílias reconstruídas (Garneau et al., 2013). Esses são os principais motivos que estão na base do presente trabalho, o qual busca contribuir para a validação de um instrumento que mede precisamente as crenças associadas ao recasamento

### **1.3. Remarriage Belief Inventory (RMBI)**

O Remarriage Beliefs Inventory – RMBI (Higginbotham & Adler-Baeder, 2005) é um instrumento que avalia as crenças que influenciam as relações das famílias de recasamento. Na sua origem esteve presente a necessidade de ampliar a base do conhecimento empírico sobre famílias reconstruídas, visto ser um fenómeno pouco estudado comparativamente às famílias de primeira união (Coleman et al., 2000, citado por

Higginbotham & Adler-Baeder, 2005). Os autores perceberam a necessidade de possuir instrumentos válidos e confiáveis que pudessem medir as crenças no recasamento e, apesar da prevalência das famílias reconstruídas ter aumentado significativamente, até então não se encontravam disponíveis instrumentos validados sobre as crenças específicas neste contexto. Por outro lado, vieram realçar que os esforços para definir o recasamento ou a família reconstruída e as crenças familiares, assim como para documentar o seu impacto individual, no casal e na família não têm sido muitos (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008). Os investigadores consideram esta última questão bastante problemática, nomeadamente porque os instrumentos geralmente utilizados para avaliar tais crenças estariam baseados predominantemente em modelos da família nuclear tradicional e, como tal, não incluem crenças sobre as situações únicas, específicas e vivenciadas das famílias reconstruídas. Acredita-se que a criação e validação do RMBI é um esforço para começar a colmatar esta lacuna.

#### ***1.3.1. Finalidade do RMBI***

O RMBI foi inicialmente desenhado com o intuito de, por um lado, poder ser utilizado em investigações sobre o funcionamento das famílias reconstruídas e obter mais informação acerca do risco acrescido de divórcio/separação que existe; e, por outro, proporcionar informação mais rica aos profissionais que trabalham junto destas famílias (Higginbotham & Adler-Baeder, 2005).

O inventário criado com base numa amostra e realidades norte-americana, foi posteriormente validado (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008) num estudo que pretendia perceber os efeitos das crenças específicas das famílias reconstruídas na qualidade marital do recasamento (qualidade remarital). Assim, sete fatores de satisfação remarital foram salientados, chegando à conclusão de que estes não parecem diferir consoante o subtipo da família ou o número de anos do recasamento. As crenças foram operativamente definidas como *padrões* (“aquilo que deve ser”) e *suposições* (“como as pessoas e as relações são”) (Baucom & Epstein, 1990, citado por Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

Os sete fatores (crenças) identificados encontram-se distribuídos ao longo de 22 itens, tendo sido postos à prova e validados discriminativamente, resultando num instrumento validado onde as novas crenças – crenças específicas de famílias reconstruídas – foram teoricamente estabelecidas e operacionalizadas. Esta operacionalização é um dado importante na literatura, visto que até à data praticamente apenas um instrumento conhecido

avaliava as crenças sobre as famílias reconstituídas (Fine e Kurdek, 1991), o qual media mitos (crenças falsas) das famílias recasadas em relação à satisfação pessoal, familiar, marital e parental; ao qual foi reconhecida a necessidade de validade e psicomетria dos construtos da medida utilizada (Fine & Kurdek, 1994, citado por Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

Considerando o contexto sociocultural a nível internacional, vários autores têm referido a relação que existe entre as famílias reconstruídas e o risco de separação. Segundo alguns estudos, entre 55% e 60% de todas as novas uniões terminarão em dissolução, face a 50% para as primeiras uniões (Glick, 1989; Waite & Gallagher, 2000; citados por Higginbotham & Adler-Baeder, 2005). Este fato, além de evidenciar o fenómeno em si e a urgência de uma atuação específica, também justifica poder potenciar programas e recursos para as famílias de recasamento, que por sua vez tendem a aumentar. Nesta análise, encontraram que tanto a investigação como os dados sociodemográficos concluem que, aproximadamente metade dos casamentos anuais são recasamento para um ou ambos os cônjuges, onde a maioria desses adultos têm filhos de uma relação anterior (aproximadamente 65%), integrando assim uma família reconstruída (Chadwick & Heaton, 1999, citado por Higginbotham & Adler-Baeder, 2005).

### ***1.3.2. Modelo teórico do RMBI***

O modelo teórico que dá suporte ao RMBI, é o *modelo de desenvolvimento cognitivo multidimensional* de Fine & Kurdek (1994). Este modelo é um dos poucos que aborda o ajustamento familiar e que permite incorporar cognições específicas relacionadas com a família reconstruída e seus contextos. Através de quatro dimensões específicas, este modelo integra várias propostas teóricas, as quais podemos resumir da seguinte forma: a) A unidade no sistema familiar; b) As cognições no sistema familiar; c) A continuação da adaptação no sistema familiar; d) As etapas de desenvolvimento do sistema familiar.

Tais princípios que o modelo postula foram de grande utilidade para o estudo das “novas crenças” (crenças da família de recasamento ou reconstruída), apesar de carecer de uma avaliação formal. Esta questão veio reforçar ainda mais a necessidade de considerar um instrumento reconhecido e validado, que também fosse uma ferramenta útil para avaliar as propostas apresentadas pelo modelo de desenvolvimento cognitivo multidimensional (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).



### ***1.3.3. Descrição e operacionalização do RMBI***

Após uma exaustiva revisão clínica e da literatura empírica com respeito às crenças nas famílias reconstruídas, foi dada uma ênfase especial às crenças percebidas como prevalentes nestas famílias e associadas com a satisfação marital, dando origem a uma escala que mede estas crenças (RMBI). Posteriormente, destacou-se a sua aplicação e foram revistas as teorias relacionadas com as famílias reconstruídas. De seguida, foi submetido à avaliação de pares antes de levar a cabo o teste piloto. Com o objetivo de refinar e validar a estrutura fatorial do RMBI, foi levado a cabo um estudo com 344 indivíduos recasados, onde se provou a validade externa com uma amostra independente de 217 indivíduos em situação de família reconstruída (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

O RMBI inicialmente incluiu sete construtos, ao longo de 48 itens. Cada construto representava uma das sete categorias, baseadas na revisão efetuada e operacionalizados na forma de declaração (afirmação de uma crença), respondidas através de uma escala de Likert de cinco pontos (entre “acredito que não é totalmente verdade” e “acredito que é totalmente verdade”). Estes construtos (dimensões) são os seguintes:

- 1) A adaptação é rápida (*Adaptação*)
- 2) As famílias reconstruídas são de segunda categoria (*Famílias Recasadas*)
- 3) As crianças são a prioridade (*Prioridade*)
- 4) Os sentimentos passados devem terminar / permanecer no passado (*Passado*)
- 5) O cônjuge é perfeito (*Companheiro*)
- 6) O sucesso é escasso (*Sucesso*)
- 7) As finanças devem ser agrupadas (*Finanças*)

Posteriormente o inventário foi refinado, cuja versão final consiste num RMBI de 22 itens testados, tendo sido apresentado no campo científico como uma ferramenta útil para conhecer melhor as crenças específicas das famílias reconstruídas.

Em suma, as fases de construção e aplicação da RMBI ocorreram nos seguintes moldes: inicialmente foi validado como uma medida de crenças específicas sobre famílias reconstruídas, aplicada de forma individual (Higginbotham & Adler-Baeder, 2005); posteriormente, foi utilizado para avaliar as relações entre essas crenças e a qualidade da relação (re)marital, medida individualmente (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008; 2013); mais recentemente, o instrumento foi validado juntos das díades em famílias reconstruídas onde foram abordadas concretamente três crenças do recasamento (*o sucesso é escasso, a*

*prioridade são os filhos e as finanças devem agrupar-se*), como fatores que se relacionam com a qualidade da relação conjugal e a interação positiva na família reconstruída (Garneau et al., 2013).

Assim, o RMBI representa a primeira medida empiricamente validada de sete crenças específicas das famílias reconstruídas, cujos fatores podem ser usados individualmente como medidas independentes ou dependentes em investigações sobre a etiologia e o impacto destas crenças. Para além disso, visto não ter sido evidenciado que o impacto das crenças seria diferenciado consoante o tipo e duração da família reconstruída, o RMBI ganha maior utilidade e versatilidade ao poder ser aplicado a diversas amostras desta população. Em todo o caso, os autores apontam a necessidade de realizar estudos adicionais, de forma a confirmar a invariância estrutural do RMBI para indivíduos que se encontrem em diferentes etapas da vida na família reconstruída, assim como para as uniões complexas, simples e sem filhos (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

#### **1.4. Presente estudo**

Tomando como ponto de partida a escala de avaliação das crenças no recasamento – o RMBI, pretendemos com este trabalho proceder à sua adaptação e validação à população portuguesa, pois consideramos poder ser de grande utilidade para a investigação e intervenção destes domínios em Portugal, ao tratar-se de um instrumento empiricamente validado e devidamente fundamentado.

A nossa hipótese inicial e, simultaneamente, objeto de estudo passará por perceber se estas crenças – específicas do recasamento (RMBI) – poderão ser assumidas como tal para a população portuguesa de famílias recasadas, justificando assim a validação deste instrumento de medida para ser utilizado em futuras investigações e intervenção em Portugal. Para isso foram analisadas as propriedades psicométricas do RMBI, avaliando a sua validade através da Análise Fatorial Exploratória (AFE), da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), da consistência interna e da associação com algumas variáveis pertinentes. A validade discriminante foi determinada, mediante a comparação de medidas relevantes e das suas correlações.

Para além da hipótese inicial, esperou-se testar as seguintes hipóteses de investigação, com base na literatura recolhida:

1. A versão portuguesa do RMBI apresentará a mesma estrutura fatorial que a versão original.
2. Serão encontradas possíveis correlações entre o RMBI e algumas dimensões como a idade, o género, o tipo de família e a condição financeira.
3. As crenças do recasamentos deverão relacionar-se com os níveis de ajustamento e satisfação conjugal nas famílias recasadas.

## **2. Método**

### **2.1. Participantes**

Os participantes (n=520) foram recrutados usando diferentes métodos de recolha de dados. No que concerne aos critérios de inclusão, tratou-se de indivíduos heterossexuais em regime de coabitação pelo tempo igual ou superior a seis meses, onde pelo menos um dos elementos se encontrasse em situação de recasamento. Dos 524 participantes iniciais, 520 foram considerados para este estudo por responderem de forma íntegra ao questionário, sendo que a amostra final inclui 449 mulheres e 71 homens.

### **2.2. Procedimento**

Tendo sido considerado e aprovado pela comissão de ética, este questionário integra um projeto longitudinal com vista à melhor compreensão das necessidades das famílias de recasamento (PD/BD/143069/2018), cuja recolha do primeiro momento decorre ainda atualmente.

Numa fase inicial procedeu-se à tradução e revisão de pares da escala RMBI. Após retroversão, procedeu-se a uma reflexão falada com quatro casais, a fim de perceber se os itens da escala eram perceptíveis e se existia alguma sugestão de alteração por parte dos mesmos, esta reflexão falada foi realizada na presença do investigador. Destas reuniões e feedback em campo surgiram certas alterações necessárias para uma melhor adequação e correta interpretação das medidas em questão.

A recolha de dados teve início em Fevereiro de 2019 e o último inquérito recolhido na presente base deu-se em Julho de 2019. Os dados foram recolhidos através da plataforma virtual criada para esse efeito e redes sociais (site do projeto e página do facebook, respetivamente: <https://www.fpce.up.pt/recasamento/> e @recasamentonovasfamilias). A plataforma foi divulgada através do estabelecimento de parceria com o Instituto de Registos e Notariado, I. P. que possibilitou o envio de panfletos informativos a todas as Conservatórias do Registo Civil de Portugal Continental e Ilhas, bem como através da divulgação junto da comunidade pelo efeito “Bola de Neve”. Também a comunidade da Universidade do Porto teve acesso ao estudo, via uma notícia sobre o mesmo. Em qualquer das formas de recolha utilizadas, foi solicitado a cada participante que de uma forma optativa pudesse indicar o contacto de e-mail do atual cônjuge, a fim de poder ser enviado a informação e convite de participação na investigação (individualmente). Sendo um questionário de autorrelato pretendeu-se que, sempre que possível, ambos membros do casal pudessem responder, ainda que de forma individual.

### **2.3. Medidas**

**Questionário sociodemográfico.** O questionário sociodemográfico foi especificamente elaborado para este efeito, tendo sido incluídas as seguintes variáveis: género, data de nascimento, profissões (do participante e do companheiro), habilitações literárias (do participante e do companheiro), estado civil anterior ao recasamento/nova união, tipo de divórcio (quando aplicável), tempo entre a última relação amorosa e início da atual, tempo de vivência com o atual companheiro, número de relações conjugais vivenciadas, descrição da situação financeira, satisfação com a condição financeira, situação habitacional atual, situação habitacional logo após recasamento, número de pessoas no agregado familiar. Na composição do agregado familiar o participante era também questionado quanto à relação de parentesco entre os mesmos (nomeadamente filhos comuns, de relações passadas, ou enteados), e quanto ao regime de responsabilidade parental e direitos de custódia.

**RMBI (Higginbotham & Adler-Baeder, 2005).** Este foi utilizado para avaliar as crenças dos indivíduos com relação ao recasamento e às famílias reconstituídas. A escala

original dispõe de 22 itens testados, que medem sete dimensões das crenças associadas ao recasamento e as quais são apresentadas em forma de afirmações. A resposta passa por assinalar apenas uma opção por cada afirmação, segundo uma escala de Likert de cinco valores (1=“acredito que não é totalmente verdade”; 2=“acredito que em parte não é verdade; 3=“nem verdadeiro nem falso”; 4=“acredito que em parte é verdade” e 5=“acredito que é totalmente verdade”). Este instrumento foi construído e posto à prova, cuja avaliação foi feita em três fases: na primeira foi feita a análise fatorial confirmatória para cada um dos sete construtos multi-indicadores; na segunda fase foi testada a totalidade do modelo dos sete construtos anteriormente teorizado, através de uma amostra online (N=344); e na terceira, foi validada a estrutura fatorial final mediante uma amostra independente (N=217).

**EAD –R.** A Escala de Ajustamento Diádico (Pereira, Moura-Ramos, Narciso & Canavarro, 2017) é uma versão reduzida do instrumento original de 32 itens e 4 subescalas RDAS – Revised Dyadic Adjustment Scale (Busby, Christensen, Crane & Larson, 1995). Este instrumento pretende medir os componentes do ajustamento conjugal, sendo a versão portuguesa composta por 14 itens distribuído em três fatores, a qual permite ainda calcular o total de ajustamento diádico, onde uma maior pontuação nos fatores globais corresponde a maiores níveis de ajustamento. No presente estudo esta escala foi proposta para testar a validade externa ou concorrente da RMBI, no sentido de perceber que correlação existe entre as crenças associadas ao recasamento e o ajustamento e a satisfação conjugal.

## **2. 4. Análise estatística**

No presente estudo as análises estatísticas foram realizadas em duas etapas principais, utilizando o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 25.0 para Windows e o Software AMOS (*Analysis of Moments Structure*) versão 24. Numa primeira etapa, a análise envolveu medidas de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas, médias e respetivos desvios-padrão), com o intuito de obter uma imagem instantânea da distribuição das características sociodemográficas da amostra. A segunda fase diz respeito à adaptação e validação da escala RMBI propriamente ditas, onde foi realizada estatística inferencial. Nomeadamente, calculando o coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach, o coeficiente de correlação de Pearson, a análise fatorial exploratória (AFE), a análise fatorial confirmatória (AFC), o teste-t de Student para uma amostra e o teste Manova. O nível de significância para rejeitar a hipótese nula foi fixado em  $(\alpha) \leq .05$ .

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. Resultados descritivos**

Foi realizada a “limpeza” da base de dados previamente à realização das análises descritivas, para verificar possíveis dados omitidos e repetição de valores de respostas para todas as variáveis em cada indivíduo. Foram encontrados 4 participantes que repetiram as suas respostas nas escalas porém, após análise decidimos manter uma vez que a sua eliminação não surtia qualquer efeito relevante nos resultados, além de considerarmos poder ser legítimas tais respostas por parte dos participantes, já que nos outros setores do questionário global onde o RMBI se inseriu mantinham respostas coerentes.

Para a análise fatorial os dados devem seguir uma distribuição normal, tendo sido analisados os valores considerados relevantes, nomeadamente a média, o desvio-padrão, a assimetria, a curtose e os erros-padrão (tabela 2).

##### **3.1.1. Caracterização da amostra**

Participaram um total de 520 indivíduos. A maioria era do género feminino (86.3%), pertencendo à faixa etária dos 41-50 anos (42%). Ao nível das habilitações literárias, 55.8% tinham estudos superiores ou universitários. A maior parte tinha sido anteriormente divorciada/separada (63.3%). No que refere à habitação atual, a maioria reside numa nova habitação para ambos os membros do casal (44%) e possuem filhos próprios e de relações anteriores (46%). No caso dos participantes masculinos, a média de idades foi de 44.8 anos, variando entre um mínimo de 22 e um máximo de 83 anos, para as mulheres, a média de idades foi de 42,3 anos com um desvio padrão de 8.1%. Uma parte considerável dos respetivos companheiros da amostra possui ensino superior (37.8%); e a grande maioria encontra-se em situação de emprego (95.3%). Os dados gerais podem ser consultados na tabela 3.

*Tabela 2 – Estatísticas descritivas*

	Passado	Famílias Recasadas	Sucesso	Prioridade	Companheiro	Finanças	Adaptação	RMBI total
<b>Médi a</b>	6,02	5,16	9,30	6,83	13,32	9,88	10,04	58,73
<b>Desvio padrão</b>	2,53	2,29	2,81	2,27	4,03	3,03	2,86	10,30
<b>Mínimo</b>	2,00	3,00	3,00	3,00	4,00	3,00	4,00	29,00
<b>Máximo</b>	10,00	15,00	15,00	15,00	20,00	15,00	18,00	89,00
<b>Assimetria</b>	,13	1,13	-,29	,38	-,34	-,12	-,03	-,13
<b>Erro padrão assimetria</b>	,11	,11	,11	,11	,11	,11	,11	,11
<b>Curtose</b>	-1,11	,89	-,60	,02	-,58	-,50	-,43	-,15
<b>Erro padrão curtose</b>	,21	,21	,21	,21	,21	,21	,21	,21

*Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica (N = 520)*

	N	%
<b>Género</b>		
Feminino	449	86,3
Masculino	71	13,7
<b>Idade(feminino - M;DP)</b>	42,3	8,1
20-30	31	6,8
31-40	159	35,1
41-50	184	40,6
51-60	61	13,8
> 60	8	1,8
<b>Idade (masculino – M; DP)</b>	44,8	8,6
20-30	2	2,9
31-40	20	28,2
41-50	32	45,1
51-60	11	15,5
> 60	4	5,6
<b>Idade do companheiro (feminino -M;DP)</b>	45,1	9,5
<b>Idade do companheiro (masculino – M; DP)</b>	41,9	9,0
<b>Habilitações</b>		
Até 6º Ano	10	1,9
9º Ano	19	3,7
10º - 12º Ano	161	31,0
Curso Médio / Politécnico	40	7,7
Universitário	290	55,8

<b><i>Habilitações do companheiro</i></b>		
Até 6º Ano	36	6.9
9º Ano	72	13.9
10º - 12º Ano	180	34.7
Curso Médio / Politécnico	35	6.7
Universitário	196	37.8
<b><i>Estado civil anterior</i></b>		
Solteiro	177	34.0
Viúvo	14	2.7
Divorciado/Separado	329	63.3
<b><i>Situação profissional</i></b>		
Empregado	496	95.3
Desempregado	12	2.3
Estudante	1	0.1
Reformado	11	2.1
<b><i>Situação profissional do companheiro</i></b>		
Empregado	499	95.9
Desempregado	6	1.2
Reformado	15	2.9
<b><i>Nr. relações conjugais (M; DP)</i></b>	1.60	0.99
<b><i>Situação habitacional atual</i></b>		
Reside na habitação do(a) companheiro(a)	85	16.6
O(a) companheiro(a) reside na habitação do próprio	148	29.7
O casal reside numa nova habitação para ambos.	226	44.4
O casal não reside na mesma habitação.	37	7.2
O casal reside em habitação de familiares.	13	2.5
<b><i>Filhos no agregado familiar</i></b>		
Filhos em comum com o atual companheiro(a)	177	34.0
Filhos do(a) próprio(a), fruto de relações anteriores	239	46.0
Filhos do(a) companheiro(a), fruto de relações anteriores	126	24.2

---

Com relação à questão que mede a situação financeira (Moorefield et al., 2017), podemos afirmar que pouco mais de metade descreve a situação financeira (e a do companheiro) nos últimos 6 meses como “*Geralmente gasto menos dinheiro do que aquela que recebo habitualmente*” (54%). Os dados podem ser consultados na tabela 4.



*Tabela 4 - Situação financeira*

	N	%
Geralmente gasto menos dinheiro do que aquele que recebo habitualmente.	281	54,0
Geralmente gasto todo o dinheiro que recebo habitualmente.	196	37,7
Geralmente gasto mais dinheiro do que aquele que recebo habitualmente.	43	8,3
Total	520	100,0

Quanto ao grau de satisfação com a condição financeira (Foulds et. al., 2014), eleva-se aos 39.3% (satisfeitos e muitos satisfeitos), enquanto que os níveis de insatisfação (insatisfeito e muitos insatisfeitos) totalizam 33.8%. (ver tabela 5)

*Tabela 5 - Satisfação com a sua condição financeira*

	N	%
Muito satisfeito	19	3,7
Satisfeito	185	35,6
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito	138	26,5
Insatisfeito	138	26,5
Muito insatisfeito	38	7,3
Não sei	2	,4
Total	520	100,0

## **3.2 Propriedades Psicométricas**

### **3.2.1 Validade Fatorial**

#### ***Análise Fatorial Exploratória (AFE)***

A análise da estrutura relacional das 22 questões do questionário RMBI original foi efetuada através da análise fatorial exploratória sobre a matriz das correlações, com extração dos fatores pelo método das componentes principais, seguida de rotação Varimax. Os fatores comuns retidos foram os que apresentaram um eigenvalue superior a 1. A validade da análise fatorial foi feita através do KMO (0,754, razoável) e teste de Bartlett significativo ( $p = .001$ ). A análise fatorial convergiu para uma solução com 7 componentes principais que explicam 62.6% da variância total.

A saturação dos itens ( $>.40$ ) encontra-se acima dos valores mínimos recomendáveis (Tinsley & Tinsley, 1987) e pode ser apreciada na tabela 6. Após uma primeira AFE foi excluído o item 6 (*Pessoas que já se separaram/divorciaram têm maior probabilidade de se*

*voltarem a separar/divorciar*), pois apresentava pesos fatoriais elevados em mais do que uma dimensão (cross factoring). Como resultado, as componentes analisadas são correspondentes às 7 dimensões originais do instrumento e estão organizadas da seguinte forma com os respetivos itens integrantes: Adaptação (*Adjustment*), Companheiro (*Partner*), Sucesso (*Success*), Finanças (*Finances*), Família Recasadas (*Stepfamily*), Prioridade (*Priority*) e Passado (*Past*). No total apenas um item não surge agrupado na dimensão original, sendo este o item 7 (*Os desejos do(a) novo(a) companheiro(a) devem ter prioridade sobre os desejos do(s) filho(s) biológico(s)*), o qual na escala original aparece na dimensão “Prioridade”, porém na nossa análise surge na de “Famílias Recasadas”, atendendo ao seus valores decidimos manter. Podemos concluir que, a sobreposição entre a solução factorial encontrada por nós e a solução dos autores é bastante elevada.

*Tabela 6 – AFE do RMBI*

Nº do Item (pergunta)	Componentes / Dimensões						
	Famílias						
	Adaptação	Companheiro	Sucesso	Finanças	Recasadas	Prioridade	Passado
RMBI_12	.777						
RMBI_5	.751						
RMBI_17	.747						
RMBI_21	.645						
RMBI_11		.780					
RMBI_4		.779					
RMBI_20		.730					
RMBI_16		.634					
RMBI_22			.858				
RMBI_13			.821				
RMBI_18			.663				
RMBI_9				.765			
RMBI_2				.755			
RMBI_15				-.675			
RMBI_3					.796		
RMBI_10					.772		
RMBI_7					.477		
RMBI_14						.846	
RMBI_19						.786	
RMBI_1							.846
RMBI_8							.823

<i>Variância explicada</i>	18.4	10.4	8.4	7.8	6.9	5.6	5.0
----------------------------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----

### *Análise Fatorial Confirmatória (AFC)*

A análise do modelo hepta-fatorial do questionário RMBI foi analisada através de uma análise fatorial confirmatória (AFC). Os valores obtidos,  $\chi^2/df=2.305$ ; GFI = .936; CFI = .905 e RMSEA = .05, indicam uma boa qualidade de ajustamento (figura 1). O ajustamento do modelo implicou a eliminação do item 6 conforme anteriormente indicado, pertencente originalmente à dimensão Sucesso, mas a qual manteve os restantes 3 itens. Assim, podemos afirmar que os valores obtidos na AFC são semelhantes aos obtidos por Higginbotham (2008), designadamente, GFI = .93; CFI =.97 e RMSEA = .04.

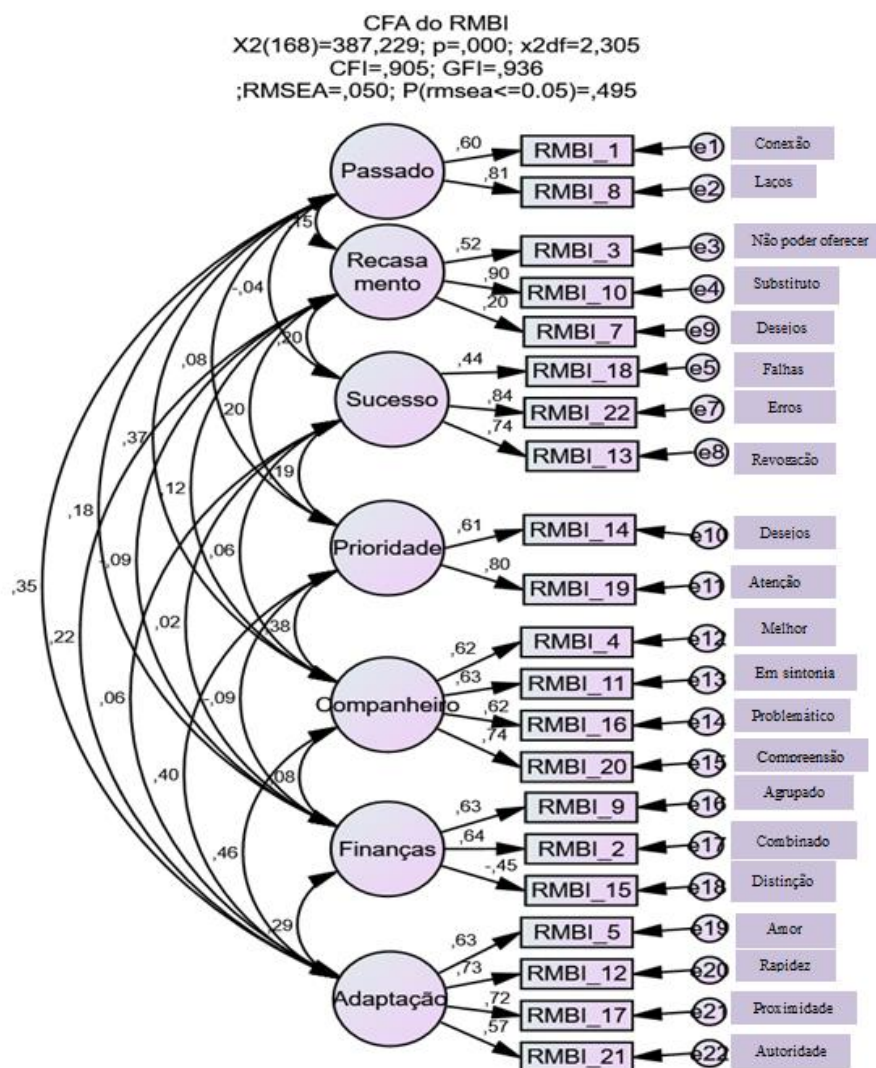


Figura 1 – CFA do RMBI

### 3.2.2. Consistência interna

A consistência interna das dimensões (ver tabela 7) varia entre um mínimo de .500 (inaceitável) na dimensão “Famílias Recasadas” a um máximo de .754 (razoável) na dimensão “Adaptação”. A categorização dos valores do Alfa segue o referenciado em Hill (2009). De uma forma geral, a análise demonstra possuir consistência interna, embora de forma moderada.

*Tabela 7 – Consistência interna*

	Alfa de Cronbach	Nr de itens
Passado	.654	2
Famílias Recasadas	.500	3
Sucesso	.702	3
Prioridade	.651	2
Companheiro	.746	4
Finanças	.595	3
Adaptação	.754	4

### 3.3. Validade e fidelidade do construto

A análise evidenciou que as subescalas apresentam problemas de validade convergente, a qual foi estimada através da fidelidade do construto (CR – “Composite Reliability of Construct”) e da Variância Média Extraída (AVE – “Average Variance Extractive”). Designadamente os valores de CR são inferiores a .70 em 4 das subescalas, sendo as de “Finanças” e “Prioridade” as mais preocupantes. Igualmente, os valores de AVE são inferiores a .50 em 5 das subescalas, onde as Finanças, Prioridade e o Sucesso são aquelas que mais se afastam (tabela 8).

*Tabela 8 – Validade convergente e divergente*

	CR	AVE	MSV	MaxR (H)	Finan	Pass	Famil Recas	Suces	Prior	Comp	Adpt
<b>Finan</b>	0,251	0,334	0,082	0,614	0,578						
<b>Pass</b>	0,672	0,511	0,136	0,716	0,182	0,715					
<b>F. Recas</b>	0,684	0,537	0,059	0,824	-0,092	0,145	0,733				
<b>Suces</b>	0,704	0,394	0,059	0,781	-0,002	-0,003	0,243	0,628			
<b>Prior</b>	0,508	0,336	0,162	0,700	-0,093	0,079	0,204	0,201	0,579		
<b>Comp</b>	0,750	0,430	0,209	0,759	0,079	0,369	0,120	0,083	0,383	0,656	
<b>Adapt</b>	0,759	0,443	0,209	0,770	0,287	0,345	0,216	0,059	0,403	0,457	0,666

### 3.4. Validade Discriminante

Na tabela seguinte são apresentados os coeficientes de correlação dos itens com as subescalas a que pertencem, corrigidos por sobreposição, e a correlação com os itens das subescalas a que não pertencem (tabela 9).

*Tabela 9 – Validade discriminante*

Itens	Passado	Fam. Recas.	Sucesso	Prioridade	Companh.	Finan	Adapt
<b>RMBI_1</b>	,487	,205	,185	,210	,236	,237	,235
<b>RMBI_8</b>	,487	,353	,314	,335	,352	,325	,353
<b>RMBI_7</b>	,157	,441	,127	,215	,145	,148	,175
<b>RMBI_3</b>	,121	,381	,149	,139	,122	,100	,154
<b>RMBI_10</b>	,220	,157	,245	,245	,205	,176	,245
<b>RMBI_13</b>	,131	,174	,574	,164	,140	,126	,156
<b>RMBI_18</b>	,166	,172	,381	,175	,172	,163	,165
<b>RMBI_22</b>	,123	,163	,623	,153	,119	,140	,163
<b>RMBI_14</b>	,228	,236	,239	,484	,253	,207	,262
<b>RMBI_19</b>	,263	,285	,297	,484	,294	,226	,305
<b>RMBI_4</b>	,369	,350	,335	,364	,521	,348	,343
<b>RMBI_11</b>	,383	,374	,377	,367	,491	,354	,366
<b>RMBI_16</b>	,409	,388	,349	,404	,415	,358	,406
<b>RMBI_20</b>	,434	,422	,419	,464	,596	,380	,587
<b>RMBI_2</b>	,294	,285	,273	,270	,249	,424	,377
<b>RMBI_9</b>	,226	,214	,214	,217	,202	,432	,244
<b>RMBI_15</b>	-,112	-,163	-,139	-,156	-,118	,359	-,180
<b>RMBI_5</b>	,359	,360	,331	,379	,362	,362	,531
<b>RMBI_12</b>	,457	,452	,411	,461	,444	,429	,603
<b>RMBI_17</b>	,461	,457	,439	,489	,457	,455	,596
<b>RMBI_21</b>	,410	,412	,378	,411	,382	,404	,475

### 3.5. Estatísticas descritivas e correlações

Na tabela 10 apresentamos os valores das estatísticas descritivas e correlações obtidos. Os coeficientes de correlação são genericamente significativos, positivos e fracos ou moderados. A subescala mais correlacionada com o valor total do RMBI é a de “Companheiro” ( $r = .679$ ). Quando comparamos os valores obtidos com aqueles conseguidos por Garneau et. al (2013), constatamos que as diferenças não são estatisticamente significativas quer na amostra feminina,  $t(449) = -1.941$ ,  $p = .053$  (58.31 vs. 59.25), quer masculina,  $t(69) = -0.949$ ,  $p = .346$  (61.45 vs. 62.61).

Tabela 10 – Estatísticas descritivas e correlações

	Média	DP	Passado	Fam. Recas.	Sucesso	Prior.	Companh.	Finan	Adapt
<b>Passado</b>	6.01	2.52	--						
<b>Famílias</b>	5.16	2.28	.050						
<b>Recasadas</b>									
<b>Sucesso</b>	9.29	2.80	-.035	.120**					
<b>Prioridade</b>	6.82	2.27	.088*	.306**	.104*				
<b>Companheiro</b>	13.31	4.03	.265**	.114*	.064	.266**			
<b>Finanças</b>	9.88	3.03	.116**	-.056	-.014	-.051	.043		
<b>Adaptação</b>	10.03	2.86	.252**	.279**	.124**	.344**	.281**	.211**	
<b>RMBI total</b>	58.73	10.29	.488**	.383**	.349**	.503**	.679**	.364**	.650**

\*  $p < .05$  \*\*  $p < .01$  \*\*\*  $p < .001$

### 3.6. Comparação entre variáveis

#### 3.6.1. Comparação por gênero

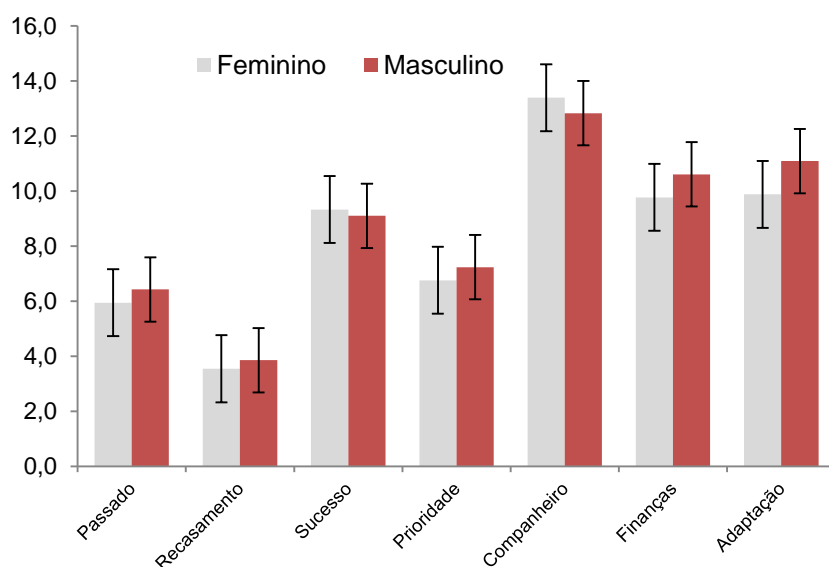
Os testes multivariados da Manova indicam-nos que existem diferenças estatisticamente significativas em pelo menos umas das dimensões do RMBI, Pillai's Trace=.053,  $F(8, 511) = 3.598$ ,  $p = .001$ . Assim, os homens obtêm valores significativamente mais elevados em “Famílias Recasadas”,  $F(1, 518) = 6.668$ ,  $p = .010$ , “Finanças”,  $F(1, 518) = 4.763$ ,  $p = .030$ , “Adaptação”,  $F(1, 518) = 11.024$ ,  $p = .001$ ; e no total do RMBI,  $F(1, 518) = 5.708$ ,  $p = .017$ . As mulheres apresentam dados superior nas dimensões “Companheiro” e “Sucesso”, embora não sejam estatisticamente significativos. Os resultados obtidos constam na tabela 11 e gráfico1.

Tabela 11 – Comparação por gênero

	Feminino		Masculino		F
	M	DP	M	DP	
<b>Passado</b>	5.95	2.52	6.43	2.55	2.164
<b>Famílias Recasadas</b>	3.55	1.94	3.86	1.97	6.668**
<b>Sucesso</b>	9.33	2.83	9.10	2.64	.403
<b>Prioridade</b>	6.76	2.30	7.24	2.07	2.696
<b>Companheiro</b>	13.39	4.04	12.83	4.01	1.179
<b>Finanças</b>	9.77	3.06	10.61	2.76	4.763*
<b>Adaptação</b>	9.88	2.86	11.09	2.70	11.024***
<b>RMBI total</b>	58.31	10.26	61.46	10.17	5.708**

\*  $p < .05$  \*\*  $p < .01$  \*\*\*  $p < .001$

*Gráfico 1 – Comparação por género*



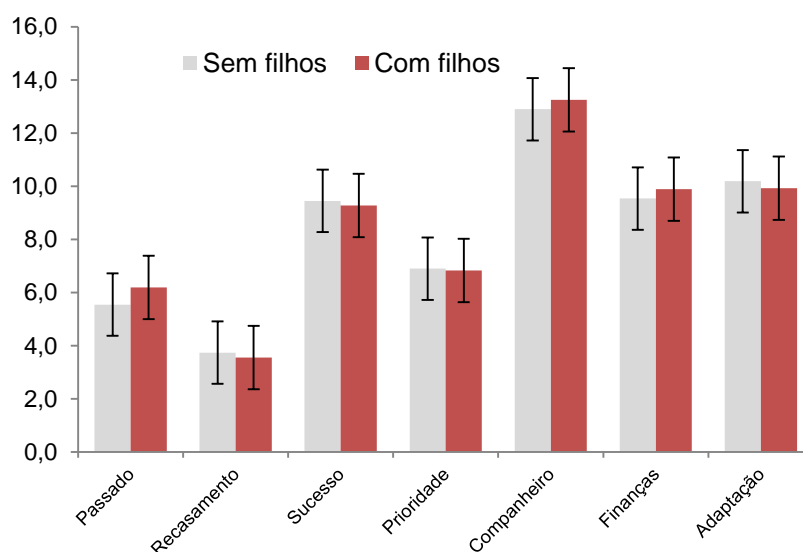
### 3.6.2. Comparação entre casais com filhos em comum e sem filhos

Os testes multivariados da Manova indicam-nos que as diferenças entre casais recasados sem filhos e só com filhos em comum não são estatisticamente significativas, Pillai's Trace = .022,  $F(8, 402) = 1.125$ ,  $p = .345$  (ver tabela 12 e gráfico 2).

*Tabela 12 – Comparação com e sem filhos*

	Sem filhos		Com filhos		F
	M	DP	M	DP	
<b>Passado</b>	5.55	2.41	6.19	2.56	4.886
<b>Famílias de recasamento</b>	3.74	2.02	3.56	1.94	.934
<b>Sucesso</b>	9.45	2.90	9.28	2.79	.281
<b>Prioridade</b>	6.90	2.43	6.83	2.29	.060
<b>Companheiro</b>	12.90	4.27	13.25	4.03	.564
<b>Finanças</b>	9.54	3.09	9.89	2.96	1.080
<b>Adaptação</b>	10.19	3.16	9.93	2.88	.596
<b>RMBI total</b>	57.91	10.96	58.78	10.29	.524

Gráfico 2 – Comparação com filhos em comum e sem filhos



### 3.6.3. Comparação filhos em comum *versus* filhos de relações anteriores

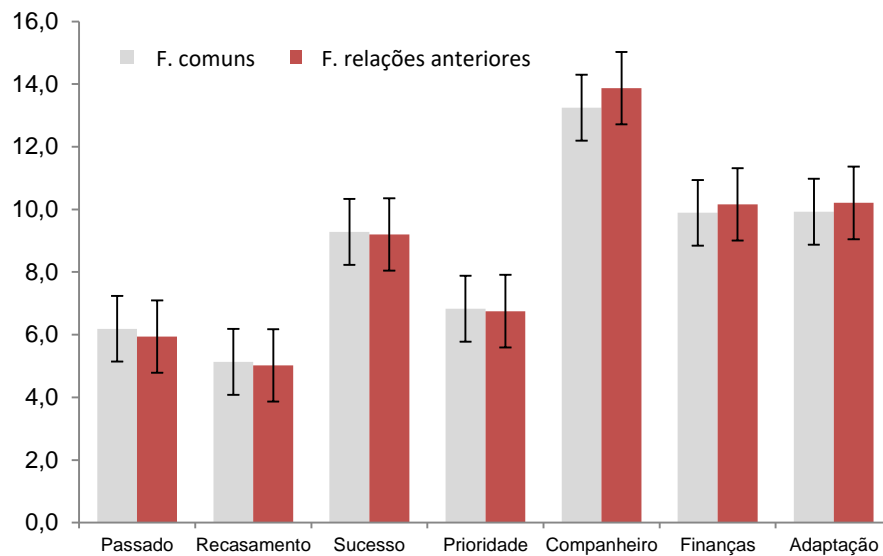
Os testes multivariados da Manova indicam-nos que as diferenças entre as diferentes famílias com base na origem dos filhos não foram estatisticamente significativas, Pillai's Trace = .015,  $F(8, 402) = 0.769$ ,  $p = .630$  (ver tabela 13 e gráfico 3).

Tabela 13 – Comparação entre origem dos filhos

	Filhos comuns		Filhos relações anteriores		F
	M	DP	M	DP	
<b>Passado</b>	6,19	2,56	5,94	2,51	,742
<b>Famílias de recasamento</b>	5,13	2,27	5,02	2,15	,218
<b>Sucesso</b>	9,28	2,79	9,20	2,77	,067
<b>Prioridade</b>	6,83	2,29	6,75	2,09	,106
<b>Companheiro</b>	13,25	4,03	13,87	3,79	1,960
<b>Finanças</b>	9,89	2,96	10,16	3,18	,607
<b>Adaptação</b>	9,93	2,88	10,21	2,54	,821
<b>RMBI total</b>	58,78	10,29	59,35	9,73	,252



*Gráfico 3 – Comparação origem dos filhos*



#### 3.6.4. Correlação com a idade

Encontrámos uma correlação estatisticamente significativa, negativa e muito fraca entre a idade do companheiro e os valores obtidos na dimensão “Finanças” (tabela 14). Assim, quanto mais elevada é a idade do companheiro, mais baixos são os valores nesta dimensão.

*Tabela 14 – Correlação com a idade*

	Idade do sujeito	Idade do companheiro
<b>Passado</b>	,003	-,039
<b>Famílias de recasamento</b>	,065	,059
<b>Sucesso</b>	-,040	-,023
<b>Prioridade</b>	-,014	-,040
<b>Companheiro</b>	,014	,014
<b>Finanças</b>	-,071	-,131**
<b>Adaptação</b>	,028	-,028
<b>RMBI total</b>	,007	-,055

\*  $p < .05$  \*\*  $p < .01$  \*\*\*  $p < .001$

#### 3.7. Aferição

Procedemos à análise da aferição da escala para a população portuguesa em 5 classes normalizadas. Os resultados obtidos podem ser consultados na tabela 15, tendo sido encontrado os valores médios para homens e mulheres.

*Tabela 15: Aferição da escala*

	Inferior	Médio inferior	Médio	Médio Superior	Superior
<b>Mulheres</b>	< 43	43 – 53	54 - 64	65 – 73	> 73
<b>Homens</b>	< 47	47 – 57	58 - 65	66 – 77	> 77

### 3.8. Validade externa

Foi esperado poder medir a validade externa com base na possível correlação do RMBI com a escala EAD-R.

O resultado obtido indica-nos que tal correlação não é estatisticamente significativa, sendo de -,066 conforme se pode observar na tabela 16.

*Tabela 16 – Correlação entre RMBI e EADR*

		RMBI_total	EADR
<b>RMBI_total</b>	<b>Pearson Correlation</b>	<b>1</b>	<b>-,066</b>
	Sig. (2-tailed)		,146
	N	520	492
<b>EAD-R</b>	<b>Pearson Correlation</b>	<b>-,066</b>	<b>1</b>
	Sig. (2-tailed)	,146	
	N	492	492

## 4. Discussão

O presente estudo teve como objetivo adaptar e validar o instrumento RMBI – Remarriage Beliefs Inventory – da autoria de Higginbotham & Adler-Baeder (2008) à população portuguesa, tendo sido avaliadas a sua viabilidade e propriedades psicométricas numa amostra de 520 indivíduos em situação de recasamento em Portugal.

Tomando como ponto de partida o estudo original que visava avaliar as crenças do recasamento dando origem ao RMBI estas crenças foram agrupadas em sete dimensões: “a adaptação deve ser rápida”; “as famílias reconstruídas são de segunda categoria”; “as crianças são a prioridade”; “os sentimentos passados devem permanecer no passado”; “o novo companheiro é perfeito”; “as finanças devem agrupar-se”. Os autores verificaram que

duas delas se destacam como melhores preditores de adaptação ou satisfação. O primeiro trata-se de “as finanças devem agrupar-se”, que tem como base a literatura que aponta as finanças como uma das fontes primárias de conflitos nos primeiros casamentos, acreditando assim que a decisão nas finanças afetam o funcionamento marital, entre outros aspectos relacionados (Ganong & Coleman, 2004). Os resultados apontaram que talvez esta crença interfira na relação e satisfação marital de forma positiva, porque os futuros económicos se entrecruzam e a comunicação pode facilitar a necessidade de cooperar, embora dita avaliação tenha sido feita no sentido de perceber a crença e não de validar se os casais realmente agrupavam a suas finanças. O segundo preditor é “o sucesso é escasso”, por sua vez constata-se uma associação negativa entre esta crença e o ajustamento e satisfação marital. De fato, apesar desta crença não ser uma suposição infundamentada, uma vez que as taxas de divórcio são ligeiramente mais altas no caso dos recasamentos, na verdade as famílias reconstruídas também podem ser fortes e estáveis (Visher, Visher & Pasley, 2003, citados por Higginbotham & Adler-Baeder, 2008). Com relação às restantes cinco crenças referidas, a análise não mostrou efeitos significativos sobre a qualidade marital nas famílias reconstruídas. Tal achado não deixou de ser inesperado à luz das afirmações clínicas sobre os efeitos adversos das crenças e nos princípios do modelo de desenvolvimento cognitivo multimodal. No entanto, Higginbotham & Adler-Baeder (2008), sublinham o fato de que tal resultado poderá dever-se a questões não exploradas no seu estudo, e apontam inclusive três possibilidades explicativas: a) poderão existir fortes relações diretas entre esses fatores da RMBI e a qualidade da relação mas que não foram possíveis de identificar com a amostra utilizada; b) os comportamentos podem não ser consistentes com as crenças, devido a outros processos cognitivos que podem moderar a relação direta das crenças sobre a qualidade marital; c) a congruência das crenças entre os cônjuges podem ser mais preditivas da qualidade marital do que as próprias crenças individuais, pois parece que “independentemente do fato de cada membro ter crenças pouco realistas sobre a vida familiar do novo casamento, o conflito pode ocorrer quando há incompatibilidade entre as crenças dos seu membros” (Leslie & Epstei, 1988, citado por Higginbotham & Adler-Baeder, 2008).

Passando agora para o estudo por nós elaborado, na concretização do objetivo-chave foram operacionalizados três objetivos específicos, levados a cabo de forma independente: o primeiro foi cumprido ao realizar o estudo da tradução, retroversão e reflexão falada da escala original para avaliar a equivalência semântica dos seus itens. Após ter concluído essa fase de forma satisfatória, o segundo objetivo foi elaborado através das análises para

determinar a qualidade da escala resultante, visando avaliar a representatividade dos seus itens mediante o grau de relevância e aplicabilidade à população portuguesa. Seguidamente, foi realizada o estudo de validação da escala, para perceber em que grau mede as crenças associadas ao recasamento.

Consideramos que os principais pontos foram referidos à medida que os resultados foram apresentados, onde destacamos os de maior impacto. Pelo que, reservamos aqui espaço para aqueles que, a nosso ver, merecem uma explicação adicional.

Um aspeto importante que quisemos salientar, muito embora não conheçamos os valores correspondentes aquando da versão original, tem a ver com a validade convergente (tabela 8). Os dados sugerem que, apesar dos valores apresentados para o nosso RMBI na versão portuguesa serem aceitáveis quanto à AFC (semelhantes à versão original), no que concerne aos valores da validade de constructo tal não se verifica. Designadamente, os valores desejáveis de CR (que deveriam situar-se acima ou igual a .70), não o são em 4 das subescalas indicando possíveis problemas de fidelidade. Por sua vez, os valores desejáveis para AVE (que deveriam ser igual ou superior a 0.50), também indicam diversos problemas na validade convergente em 5 das subescalas, o que na prática pode significar que existe problemas de saturação dos itens nas respetivas subescalas das crenças. As soluções para ultrapassar esta menos-valia poderiam passar pela reformulação ou exclusão de possíveis itens, onde após análises necessárias seriam tomadas decisões. Este estudo não previa tais ajustes, no entanto deixa a sugestão para pesquisas de aperfeiçoamento no futuro analisando a validade convergente e preditiva.

Quanto à validade discriminante (tabela 9), podemos observar que todos os itens se correlacionam mais com a dimensão a que pertence do que com as restantes (às quais não pertence) como seria de esperar, à exceção do item 10 que parece apresentar alguns problemas, sugerindo que talvez devesse ser eliminado ou reformulado. Não obstante podemos concluir que o resultado geral é bastante consistente.

No que refere à comparação entre variáveis, no caso da existência de filhos comuns ou de apenas de um dos cônjuges fruto de uma ex-relação, os nossos resultados mostraram que não existem diferenças significativas no domínio das crenças. No entanto, estes dados devem ser considerados com cautela, pois a investigação não está em consenso quanto a este assunto, nomeadamente quando tentamos medir a satisfação ou qualidade conjugal. Por um

lado, há evidência que nos indica que as probabilidades de separação são bastante inferiores tanto no caso de pessoas que se casam com idades mais avançadas ou naqueles que têm filhos em comum e, contrariamente, são bastante mais elevadas para aquelas pessoas que já tiveram filhos de um ex-companheiro antes da nova união (Stanley et al., 2010). Um dos fatores associados parece ser o *stress* que pode ser mais intenso para os padrastos e madrastas a quem se lhes requer participar na criação de filhos que não os seus desempenhando, muitas vezes, esse papel de forma ambígua (Schrodt & Braithwaite, 2011). Outro estudo verificou que quando as segundas mulheres percebem que os enteados causam problemas entre elas e seus maridos, isso as remetia para uma mais fraca qualidade conjugal, a pensar mais no divórcio e a desejar não ter casado com o seu companheiro atual (Knox & Zusman, 2001, citado por Falke & Larson, 2007). Em contrapartida, estes últimos autores também demonstraram na sua análise que nem sempre é assim, pois também existem casos em que a diferença na qualidade da relação marital não se altera pela presença de enteados, e inclusive pode ser um ponto positivo nalguns recasamentos, apesar dos resultados não serem conclusivos e serem mistos quando comparados ao longo do tempo com os mesmos casais que inicialmente reportaram satisfação (Furstenberg & Spainer, 1984; Martim & Bumpass, 1989; Kurdek, 1989; 1999, citados por Falke & Larson, 2007). Higginbotham & Adler-Baeder (2008) também encontraram que pode existir diferenças na satisfação conjugal devido à dinâmica da criação de filhos não biológicos e devido ao tempo para adaptar-se ao recasamento e vida em família (aqueles que eram casados há menos de três anos tinham menos tempo de desenvolver crenças mais realistas e congruentes). Este é um dado que gostaríamos ter abordado no nosso estudo – a comparação de casais com base no tempo da relação, porém não nos foi possível realizar devido a limitações dos dados da amostra.

No presente estudo não nos foi possível medir de que forma as diversas dimensões que engloba o RMBI se poderiam associar ou não com a qualidade marital. Tendo em conta que a forma escolhida para avaliar a validade externa ou consistente não surtiu o resultado esperado (EAD-R), uma vez que este foi negativo e sem significância estatística (-,066), é rejeitada uma das hipóteses de estudo, que previa que as crenças do recasamentos se relacionam com os níveis de ajustamento e satisfação conjugal nas famílias recasadas. No entanto, acreditamos que tal relação entre fenómenos existe, apoiada pelo o que a literatura tem vindo a evidenciar, porém não foi possível medi-la no nosso estudo (por motivos que não podemos aqui precisar, quíça o fato de não ter sido devidamente ajustada, problemas

nos dados da amostra ou necessária administração de outra possível escala para validação externa), podendo esse aspeto ser ultrapassado em investigações futura.

No que diz respeito ao resultado final desta investigação, tratou-se de uma adaptação do RMBI para a população portuguesa resultando em uma escala de 21 itens, onde cada um deles mede as mesmas dimensões que a escala original, à excepção do item 7. Este foi então realocado a uma outra dimensão com base na análise exploratória (AFE) e, após analisá-lo optamos por mantê-lo uma vez que possui informação relevante e a sua eliminação não surtir efeitos significativos nos resultados globais, pelo que o instrumento não ficaria a ganhar com a sua exclusão. Consideramos que na sua estrutura fatorial, este modelo mantém os mesmos princípios conceptuais e de operacionalização subjacentes ao constructo de crenças do recasamento dos seus autores, explicando 62,6% da variância total do modelo e apresentando níveis moderados de consistência interna nos seus fatores. No que concerne aos resultados globais, estes não são muito animadores podendo ser considerados como fraco ou aceitáveis, consoante o marco de referência que utilizemos (por exemplo Landis & Koch, 1977; Davis, 1964, Murphy & Davidsholder, 1988, citado por Marôco & Garcia-Marques, 2003). Já no que concerne à AFC, os valores serão considerados bastante aceitáveis e atendem aos obtidos pelos autores da versão original, cuja análise será tida como satisfatória e confiável.

Finalmente, é apresentado um quadro-resumo (tabela 17) onde consta a correspondência entre os itens originais e os portugueses do RMBI, agrupados por subescala. A decisão de esta informação constar neste capítulo e não em anteriores, tem a ver com o fato de contemplar as alterações com base nas análises de validade fatorial (ainda que não fuja muito do modelo original), às quais só foi possível chegar após a obtenção dos resultados, fazendo mais sentido conhecê-las neste ponto.

Tabela 17 – Correspondência entre os Itens Originais e os Portugueses, Agrupados por Subescalas

Dimensões / Subescalas	Itens Originais (RMBI-22)	Itens Portugueses (RMBI-21)
<b>A adaptação deve ser rápida (Adaptação)</b>  <b>Adjustment should come quickly (Adjustment)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Love should develop quickly between the child and the stepparent. (5)</li> <li>- Adjustment to living in a stepfamily should occur quickly. (12)</li> <li>- Stepfamily members should feel close to one another soon after the stepfamily forms. (17)</li> <li>- Stepparents should assume intimacy and authority with the children soon after the stepfamily forms (21)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na nova família, o amor entre o(a) novo(a) companheiro(a) e a(s) criança(s)/jovem(s) deve desenvolver-se rapidamente. (5)</li> <li>- Na nova família, os membros devem adaptar-se rapidamente. (12)</li> <li>- Os membros da nova família devem sentir-se próximos uns dos outros em pouco tempo. (17)</li> <li>- Um(a) novo(a) companheiro(a) deve assumir o estabelecimento de uma relação de intimidade e autoridade com os enteados(as) pouco após o recasamento. (21)</li> </ul>
<b>As finanças devem ser conjuntas (Finanças)</b>  <b>Finances should be pooled (Finances)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financial resources in a remarriage or stepfamilies should be combined. (2)</li> <li>- In remarriage or stepfamily, incomes and paychecks should be “pooled” together. (9)</li> <li>- In a remarriage or stepfamily, there should be a distinction between “mine” and “your” financial resources. (15)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na nova família, os recursos financeiros devem ser acordados. (2)</li> <li>- Na nova família, os rendimentos devem estar agrupados de forma conjunta. (9)</li> <li>- Na nova família, os recursos financeiros de cada membro do casal devem ser distinguidos. (15)</li> </ul>
<b>O novo companheiro é perfeito (Companheiro)</b>  <b>Partner should be perfect (Partner)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A new spouse should be a better marriage partner than the one he/she replaces. (4)</li> <li>- In comparison to ex-spouses/partners, a new spouse should be more “in-tune” to the quality of the spousal relationship. (11)</li> <li>- A new spouse should be everything the problematic old spouse/partner was not. (16)</li> <li>- A new spouse should be more understanding than a previous spouse/partner. (20)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na relação de casal, o(a) novo(a) companheiro(a) deve ser melhor do que o anterior. (4)</li> <li>- O(a) novo(a) companheiro(a) deve estar em maior harmonia com a qualidade da relação do que o(a) companheiro(a) anterior. (11)</li> <li>- O(a) novo(a) companheiro(a) deve ser tudo aquilo que o anterior não era. (16)</li> <li>- O(a) novo(a) companheiro(a) deve ser mais compreensivo(a) do que o companheiro anterior. (20)</li> </ul>
<b>As crianças são a prioridade (Prioridade)</b>  <b>Children should be the priority (Priority)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Wishes of the children should take priority over the wishes of the new spouse. (14)</li> <li>- Giving attention to the children is more important than giving attention to the new spouse in a remarriage or stepfamily. (19)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os desejos das crianças/jovens devem ter prioridade sobre os desejos do(a) novo(a) companheiro(a). (14)</li> <li>- Na nova família, é mais importante dar atenção às crianças/jovens do que ao(à) novo(a) companheiro(a). (19)</li> </ul>

<b>O sucesso é escasso*</b> (Sucesso)	- Adults in remarriages or stepfamilies are likely to repeat the same patterns/behaviors as those in their previous relationships. (13)	- É provável que pessoas numa relação de recasamento repitam os mesmos padrões ou comportamentos que tiveram em casamento(s)/união(ões) anterior(es). (13)
<b>Success is slim</b> (Success)	- When a person enters a remarriage or stepfamily, it is likely that their new spouse will have some of the same flaws they saw in their previous spouse/partner. (18) - People in remarriages or stepfamilies are likely to make the same mistakes they made in previous relationships. (22)	- Quando se entra numa nova família, é provável que se reconheçam no (a) novo(a) companheiro(a) algumas das falhas notadas no companheiro anterior. (18) - Os membros do novo casal têm maior probabilidade de cometer os mesmos erros realizados na(s) relação(ões) anteriores. (22)
<b>As famílias recasadas são de segunda categoria**</b> (Famílias Recasadas)	- A stepfamily cannot offer children everything that a biological family can. (3)	- A nova família não consegue dar às crianças/jovens tudo aquilo que uma família com ambos os pais biológicos consegue. (3)
<b>Stepfamilies are second-class</b> (Stepfamily)	- All things considered, a stepfamily is a poor substitute for a biological family. (10) - Fulfilling the desires of a new spouse should come before fulfilling the desires of biological children. (7)	- De um modo geral, a nova família é uma fraca substituta da família com ambos os pais biológicos. (10) - Os desejos do(a) novo(a) companheiro(a) devem ter prioridade dobre os desejos do(s) filho(s) biológico(s). (7)
<b>O passado deve ficar no passado</b> (Passado)	- Emotional connection/feelings to an ex-spouse/partner should end with a new marriage. (1)	- Os sentimentos de ligação emocional ao(à) anterior companheiro(a) devem terminar aquando do recasamento/nova união. (1)
<b>Past feelings should end</b> (Past)	- Emotional ties to the previous marriages/ relationships should be severed prior to a new marriage. (8)	- Os laços emocionais da(s) relação(ões) anterior(es) devem ser cortados antes do recasamento/nova união. (8)

(\*o item 6 foi removido na versão portuguesa // \*\* o item 7 foi realocado para esta dimensão)

## 5. Conclusão

O RMBI, na sua versão portuguesa, tem como finalidade medir as crenças próprias associadas ao recasamento e famílias recasadas, cuja aplicação destina-se tanto para fins de investigação como de intervenção. Acreditamos que na sua formulação inicial, o presente estudo cumpre o principal objetivo, resultando no contributo para a adaptação do instrumento RMBI para a população proposta, este pode ser entendido e traduzido como a “Escala de Avaliação de Crenças Face ao Recasamento”. No entanto, a sua designação deverá ser avaliada aquando da sua validação final, podendo manter ou não a designação original.



Em termos práticos, tratando-se de uma escala de auto-resposta, está composta por diferentes afirmações que expressam uma crença, sendo os seus respondentes capazes de indicar em que medida concordam com cada uma das afirmações. Visto a escala medir crenças (não factos), todos os sujeitos em situação de recasamento se encontrarão aptos para responder a todas as questões, ainda que não se aplique concretamente à sua situação de vida atual. Por exemplo, qualquer pessoa será capaz de responder à questão “o amor entre adulto e o(s) filho/a(s) do companheiro deve desenvolver-se rapidamente”, ainda que o companheiro não possua filhos mas sim a própria pessoa; de forma semelhante acontece com “Os desejos do(a) novo(a) companheiro(a) devem ter prioridade sobre os desejos do(s) filho(s) biológico(s)”, sendo que a pessoa que responde pode não ter filhos biológicos, senão o companheiro, mas a crença está presente, e é o que a escala mede.

Finalmente, as limitações deste estudo são várias. Por um lado, ao não ter sido possível avaliar a validade externa da versão portuguesa do RMBI, não conseguimos chegar a conclusões mais concretas sobre a interferência das crenças do recasamento na satisfação conjugal e na qualidade da relação. Acreditamos, porém, que uma vez já validado o instrumento, essa análise poderá estar na base de investigações futuras. Por outro lado, a validade divergente e convergente apresenta valores preocupantes, uma vez que não se encontram dentro dos desejados. Sabemos que esta análise não era necessariamente obrigatória para os objetivos aqui proposto, porém achamos útil comunicá-los, prevendo possíveis investigação que visem as adaptações necessárias para a sua publicação. Adicionalmente, uma limitação que nos parece pertinente destacar, embora não interfira nos resultados esperados estatisticamente, é o facto de que a nossa amostra não é representativa da população portuguesa que se encontra em situação de desemprego, visto que 95,3% da amostra estava empregada, face a apenas 2,3% dos indivíduos que se encontravam em situação de desemprego. Embora não de forma tão significativa, o mesmo acontece para as habilitações literárias da nossa amostra, cujos participantes e seus respetivos companheiros possuíam o ensino superior (55,8% e 37,8 respetivamente). Ora, segundo os Censos em Portugal, em 2011 apenas 14,8% da população com mais de 20 anos tinha concluído o ensino superior ou politécnico (PORDATA, 2019), dado este que também só pode ser considerado parcialmente, pois não reflete quais dessas pessoas estão em regime de recasamento e como tal também não pode ser comparável com a nossa amostra. Porém, teria sido vantajoso possuir maior heterogeneidade nessas áreas, tendo consciência que a sua falta é um fenómeno relativamente recorrente neste tipo de estudos sociais e humanos, o mesmo se

verificou na validação da original da escala, onde cerca de 60% das pessoas que responderam ao RMBI possuíam ensino superior (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008). À parte destas questões, embora tenhamos avaliado os dados com base na existência de filhos no recasamento em dois fatores (filhos comuns vs. sem filhos e filhos comuns vs. filhos de relações anteriores), não podemos afirmar que tivéssemos considerado as famílias de recasamento complexas, o que teria sido um achado interessante, deixando o incentivo para posteriores estudos.

De uma forma geral, concluímos que os dados do nosso estudo não são completamente conclusivos, embora sejam promissores, recomenda-se o aprimoramento deste instrumento que visa enriquecer o conhecimento e atuação dos profissionais que trabalham com famílias de recasamento em Portugal.

## Referências bibliográficas

- Art.º 1587º a 1772º do código civil português.  
[http://bdjur.almedina.net/cindexdoc.php?field=doc\\_id&value=60949](http://bdjur.almedina.net/cindexdoc.php?field=doc_id&value=60949)
- Bertalanffy, L. (1968). General System Theory. Retrieved from <https://www.panarchy.org/vonbertalanffy/systems.1968.html>
- Blumer, H. *Symbolic Interactionism*. New Jersey: Ed. Prentice-Hall, 1969.
- Borba, F., & Longo, B. (2005). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP.
- Cano, D., Gabarra, L., Moré, C., & Crepaldi, M. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 22(2), 214-222. doi: 10.1590/s0102-79722009000200007
- Coleman, M., & Ganong, L. (1985). Remarriage myths. *Journal of Counseling and Development*, 64, 116-120.
- Coleman, M., Ganong, L., & Fine, M. A. (2000). Reinvestigating remarriage: Another decade of progress. *Journal of Marriage and Family*, 62, 1288-1307. doi:10.1111/j.1741-3737.2000.01288.x
- Costa, M. (1994). *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento*. Porto: Edições Asa.
- Delgado, A., Wall, K. (Eds.). (2014). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- DeLongis, A., & Zwicker, A. (2017). Marital satisfaction and divorce in couples in stepfamilies. *Current Opinion In Psychology*, 13, 158-161. doi: 10.1016/j.copsyc.2016.11.003
- Diário do Governo, nº26, 4/11/110. [https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/1102/details/maximized?p\\_auth=3XHOTJwP&serie=I&search=Pesquisar&ano=1910&perPage=100&types=DR](https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/1102/details/maximized?p_auth=3XHOTJwP&serie=I&search=Pesquisar&ano=1910&perPage=100&types=DR)

Dias, M. O. (2001). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica: o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.

Falke, S., & Larson, J. (2007). Premarital Predictors of Remarital Quality: Implications for Clinicians. *Contemporary Family Therapy*, 29(1-2), 9-23. doi: 10.1007/s10591-007-9024-4

Fine, M., & Kurdek, L. (1994). A multidimensional cognitive-developmental of stepfamily adjustment. In K. Pasley & M. Ihinger-Tallman (Eds.), *Stepparenting*, Westport, CT: Greenwood, 15-32

Foulds, J., Wells, J., & Mulder, R. (2014). The association between material living standard and psychological distress: Results from a New Zealand population survey. *International Journal Of Social Psychiatry*, 60(8), 766-771. doi: 10.1177/0020764014521394

Ganong, L., & Coleman, M. (2017). *Stepfamily Relationships*. Boston, MA: Springer, US.

Garneau, C., Adler-Baeder, F., & Higginbotham, B. (2013). Validating the Remarriage Belief Inventory as a Dyadic Measure for Stepouples. *Journal Of Family Issues*, 37(1), 132-150. doi: 10.1177/0192513x13511954

Garneau, C., Higginbotham, B., & Adler-Baeder, F. (2015). Remarriage Beliefs as Predictors of Marital Quality and Positive Interaction in Stepouples: An Actor-Partner Interdependence Model. *Family Process*, 54(4), 730-745. doi: 10.1111/famp.12153

Gomes, I., & Paiva, M. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding?. *Psicologia Em Estudo*, 8(spe), 3-9. doi: 10.1590/s1413-73722003000300002

Greeff, A., & Du Toit, C. (2009). Resilience in Remarried Families. *The American Journal Of Family Therapy*, 37(2), 114-126. doi: 10.1080/01926180802151919

Higginbotham, B. J., & Adler-Baeder, F. (2005). Development of the Remarriage Belief Inventory for researchers and educators. *Journal of Extension*, 43(3).

Higginbotham, B., & Adler-Baeder, F. (2008). Assessing Beliefs About Remarriages and Stepfamilies. *Journal Of Divorce & Remarriage*, 48(3-4), 33-54. doi: 10.1300/j087v48n03\_03

Higginbotham, B., & Agee, L. (2013). Endorsement of Remarriage Beliefs, Spousal Consistency, and Remarital Adjustment. *Marriage & Family Review*, 49(2), 177-190. doi: 10.1080/01494929.2012.733325

Instituto Nacional de Estatística. Portal do INE. (2013). [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000001&selTab=tab0&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000001&selTab=tab0&xlang=pt)

Instituto Nacional de Estatística. Portal do INE. (2019). [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000001&selTab=tab0&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000001&selTab=tab0&xlang=pt)

Kurdek, L., & Fine, M. (1991). Cognitive correlates of satisfaction for mothers and stepfathers in stepfather families. *Journal of Marriage and Family*, 53, 565-572. doi:10.2307/352733

Landis, J., & Koch, G. (1977). The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 33(1), 159. doi: 10.2307/2529310

Lobo, C. & Conceição, C. (2003). *O recasamento em Portugal*. Sociologia, Problemas e Práticas, 42, 141-159.

Lopes, A., Ferreira, A., Ramos, M. & Oliveira, I. (2008). O Recasamento em Portugal: Tendências Actuais. *IIIº Congresso Português de Demografia*

Maroco, J. (2003). *Análise Estatística Com utilização do SPSS*. Edições Sílabo

Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2013). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório De Psicologia*, 4(1). doi: 10.14417/lp.763

Pereira, M., Moura-Ramos, M., Narciso, I. & Canavarro, M.C. (2017, Julho). Psychometric properties of the Revised Dyadic Adjustment Scale (RDAS) in a sample of

couples: Testing the factorial invariance across gender. *Comunicação oral apresentada na 14º European Conference on Psychological Assessment (ECPA)*, Lisboa.

PORDATA (2019). Indicadores de casamentos e divórcios em Portugal. *PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. <https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Casamentos+e+Div%3%b3rcios-33>

Ramos, M., Ferreira, A. C., Oliveira, I. T & Lobo, C. (2008). O recasamento: tendências actuais. *Revista de Estudos Demográficos* - INE, 2008, 31-59. Consultado em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_estudos&ESTUDOSest\\_boui=56512109&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=56512109&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt)

Rizzini, I. & Valente, M. V. (2006). Recasamento: impacto sobre as crianças. *Casamento: uma escuta além do Judiciário*. Editora Voxlegem, 461-476.

Schramm, D., Marshall, J., Harris, V., & Lee, T. (2012). Religiosity, Homogamy, and Marital Adjustment. *Journal Of Family Issues*, 33(2), 246-268. doi: 10.1177/0192513x11420370

Schrodt, P., & Braithwaite, D. (2011). Coparental communication, relational satisfaction, and mental health in stepfamilies. *Personal Relationships*, 18(3), 352-369. doi: 10.1111/j.1475-6811.2010.01295.x

Schwitzgebel, E. (2006), *Belief*, in: Zalta, Edward, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab.

Silva, P., Trindade, Z., & Silva Junior, A. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 17(3), 435-443. doi: 10.1590/s1413-294x2012000300012.

Snyder, M. (1984). When Belief Creates Reality. *Advances In Experimental Social Psychology*, 247-305. doi: 10.1016/s0065-2601(08)60146-xà “profecia autorrealizada” de Merton, 1949)

Souza, R., & Ramires, V. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio...* São Paulo: Summus.

Stanley, S., Rhoades, G., Amato, P., Markman, H., & Johnson, C. (2010). The Timing of Cohabitation and Engagement: Impact on First and Second Marriages. *Journal Of Marriage And Family*, 72(4), 906-918. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00738.x

Stepfamily relationships: development, dynamics, and interventions. (2004). *Choice Reviews Online*, 41(10), 41-6218-41-6218. doi: 10.5860/choice.41-6218

Tinsley, H., & Tinsley, D. (1987). Uses of factor analysis in counseling psychology research. *Journal Of Counseling Psychology*, 34(4), 414-424. doi: 10.1037//0022-0167.34.4.414

Travis, S. (2003). *Construções familiares: Um estudo sobre a clínica do recasamento* (Tese de doutoramento não publicada). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

Van Eeden-Moorefield, B., Pasley, K., Dolan, E., & Engel, M. (2007). From Divorce to Remarriage. *Journal Of Divorce & Remarriage*, 47(3-4), 21-42. doi: 10.1300/j087v47n03\_02

Walsh, W. (1992). Twenty major issues in remarriage families. *Journal of Counseling & Development*, 70, 709-715

Whiting, J., Smith, D., Bamett, T., & Gafsky, E. (2007). Overcoming the Cinderella Myth. *Journal Of Divorce & Remarriage*, 47(1-2), 95-109. doi: 10.1300/j087v47n01\_06

## Anexos A. RMBI – versão portuguesa

### Remarriage Belief Inventory (tradução)

**Versão original** - Higginbotham, B. J., & Adler-Baeder, F. (2008). Assessing beliefs about remarriages and stepfamilies: The remarriage belief inventory. *Journal of Divorce & Remarriage*, 48(3-4), 33-54.

Thinking about remarriages and stepfamilies in general, please circle the extent to which you believe each of the following statements to be true

Por favor indique até que ponto acredita em cada uma das seguintes afirmações

	1	2	3	4	5
	<b>Acredito que NÃO É totalmente verdade</b>	<b>Acredito que em parte NÃO É verdade</b>	<b>Nem verdadeiro nem falso</b>	<b>Acredito que em parte é verdade</b>	<b>Acredito que é totalmente verdade</b>
5	Na nova família, o amor entre o(a) novo(a) companheiro(a) e a(s) criança(s)/joven(s) deve desenvolver-se rapidamente.				1 2 3 4 5
12	Na nova família, os membros devem adaptar-se rapidamente.				1 2 3 4 5
17	Os membros da nova família devem sentir-se próximos uns dos outros em pouco tempo.				1 2 3 4 5
21	Um(a) novo(a) companheiro(a) deve assumir o estabelecimento de uma relação de intimidade e autoridade com os enteados(as) pouco após o recasamento.				1 2 3 4 5
2	Na nova família, os recursos financeiros devem ser acordados.				1 2 3 4 5
9	Na nova família, os rendimentos devem estar agrupados de forma conjunta.				1 2 3 4 5
15	Na nova família, os recursos financeiros de cada membro do casal devem ser distinguidos.				1 2 3 4 5
4	Na relação de casal, o(a) novo(a) companheiro(a) deve ser melhor do que o anterior.				1 2 3 4 5
11	O(a) novo(a) companheiro(a) deve estar em maior harmonia com a qualidade da relação do que o(a) companheiro(a) anterior.				1 2 3 4 5
16	O(a) novo(a) companheiro(a) deve ser tudo aquilo que o anterior não era.				1 2 3 4 5
20	O(a) novo(a) companheiro(a) deve ser mais compreensivo(a) do que o companheiro anterior.				1 2 3 4 5
7	Os desejos do(a) novo(a) companheiro(a) devem ter prioridade sobre os desejos do(s) filho(s) biológico(s).				1 2 3 4 5
14	Os desejos das crianças/jovens devem ter prioridade sobre os desejos do(a) novo(a) companheiro(a).				1 2 3 4 5
19	Na nova família, é mais importante dar atenção às crianças/jovens do que ao(a) novo(a) companheiro(a).				1 2 3 4 5
6	Pessoas que já se separaram/divorciaram têm maior probabilidade de se voltarem a separar/divorciar.				1 2 3 4 5
13	É provável que pessoas numa relação de recasamento repitam os mesmos padrões				1 2 3 4 5



	ou comportamentos que tiveram em casamento(s)/união(ões) anterior(es).	
18	Quando se entra numa nova família, é provável que se reconheçam no (a) novo(a) companheiro(a) algumas das falhas notadas no companheiro anterior.	1 2 3 4 5
22	Os membros do novo casal têm maior probabilidade de cometer os mesmos erros realizados na(s) relação(ões) anteriores.	1 2 3 4 5
3	A nova família não consegue dar às crianças/jovens tudo aquilo que uma família com ambos os pais biológicos consegue.	1 2 3 4 5
10	De um modo geral, a nova família é uma fraca substituta da família com ambos os pais biológicos.	1 2 3 4 5
1	Os sentimentos de ligação emocional ao(à) anterior companheiro(a) devem terminar aquando do recasamento/nova união.	1 2 3 4 5
8	Os laços emocionais da(s) relação(ões) anterior(es) devem ser cortados antes do recasamento/nova união.	1 2 3 4 5

### Instruções para pontuar as sub-escalas

Os itens 7 e 15 devem ser cotados de forma inversa antes que os resultados da soma sejam criados.

A adaptação(ajustamento) deve ser rápida (*Adaptação*): 5, 12, 17, 21

As finanças devem ser conjuntas (*Finanças*): 2, 9, 15 (cotação inversa)

O novo companheiro é perfeito (*Companheiro*): 4, 11, 16, 20

As crianças são a prioridade (*Prioridade*): 7 (cotação inversa), 14, 19

O sucesso é escasso (*Sucesso*): 6, 13, 18, 22

As famílias de recasamento são de “segunda-categoria” (*Famílias de Recasamento*): 3, 10

O passado deve ficar no passado (*Passado*): 1, 8